



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

WESLEY NASCIMENTO TIMBÓ

**TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL DO SÉCULO XXI:
REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 81/2014**

BRASÍLIA

2015

WESLEY NASCIMENTO TIMBÓ

**TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL DO SÉCULO XXI:
REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 81/2014**

Monografia apresentada no Curso de Graduação em Direito, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharelado do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Orientador: Prof. Cristiano Siqueira de Abreu e Lima

BRASÍLIA

2015

RESUMO

Passados mais de cento e vinte e cinco anos da assinatura da Lei Áurea, persiste no Brasil situações que mantêm trabalhadores escravos. A presente pesquisa bibliográfica detalha o conceito de trabalho escravo contemporâneo no Brasil, o qual prescinde à restrição da liberdade individual e tem a dignidade da pessoa humana como principal bem jurídico lesado; explicita a situação de milhares de trabalhadores que, aliciados em municípios distantes com falsas promessas de condições de trabalho e salário, acabam submetidos a situações de maus-tratos e a condições desumanas; demonstra a importância da “lista suja” do MTE no combate ao Trabalho escravo, bem como sua constitucionalidade/legalidade, à luz do princípio da dignidade humana, da valorização trabalho e da função social da propriedade; revela que a tão aguardada Emenda Constitucional nº 81 de 2014 corre sérios riscos de ser uma legislação sem nenhuma aplicabilidade já que o Projeto de Lei que pretende regulamentá-la cria obstáculos à expropriação das propriedades onde for localizada a exploração de trabalho escravo; afirma que a regulamentação do texto constitucional não deve apresentar restrição à norma regulada, que a ação expropriatória deve ser totalmente independente de eventual ação criminal e que o texto Substitutivo apresentado pelos Senadores Wellington Dias, Walter Pinheiro e Ângela Portela mostra-se mais adequado ao combate ao trabalho escravo do que o texto aprovado pela Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Palavras-chave: Trabalho escravo. Cadastro de Empregadores. Emenda Constitucional nº 81/2014. PLS nº 432/2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO	6
1.1 RECONHECIMENTO DO PROBLEMA.....	8
1.2 ALTERAÇÃO DO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL.....	10
1.3 TRABALHO FORÇADO	16
1.4 TRABALHO COM RESTRIÇÃO DE LIBERDADE	18
1.5 JORNADA DE EXAUSTIVA DE TRABALHO	21
1.6 CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO.....	23
2 TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	25
2.1 ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA	26
2.2 TRABALHO ESCRAVO NA ATIVIDADE PECUÁRIA	29
2.3 LISTA SUJA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	31
2.4 CONSTITUCIONALIDADE/LEGALIDADE DA LISTA SUJA	34
3 REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 81/2014	43
3.1 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432 DE 2013	44
3.2 EXPLORAÇÃO DIRETAMENTE PELO PROPRIETÁRIO	45
3.3 TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA.....	48
3.4 CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO PARA FINS EXPROPRIATÓRIOS.....	50
3.5 SUBSTITUTIVO X CONSOLIDADO APROVADO PELA COMISSÃO.....	53
CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS	61
ANEXO A	71
ANEXO B.....	74
ANEXO C.....	78

INTRODUÇÃO

Trabalho em condições análogas à de escravo, trabalho escravo contemporâneo, trabalho forçado, trabalho escravo, neoescravidão, semiescravidão, superexploração do trabalho, forma degradante de trabalho. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, entre os anos de 2.003 e 2.013, os grupos de combate ao trabalho escravo no Brasil libertaram mais de 47.000 trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo.

O objetivo desse trabalho é demonstrar que apesar dos esforços empreendidos pelo Brasil, o trabalho escravo é uma realidade no território nacional e necessita de políticas mais agressivas de combate. A tão aguardada Emenda Constitucional nº 81/2014, que instituiu a expropriação das propriedades urbanas e rurais onde for localizada a exploração de trabalho escravo, representou um grande avanço na luta contra superexploração do trabalho no Brasil, todavia, o Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013, que pretende regulamentar o novo texto constitucional, cria obstáculos para a efetiva expropriação das propriedades.

O primeiro capítulo tem por objetivo demonstrar que no atual ordenamento jurídico brasileiro o principal bem lesado na prática do crime de redução a condição análoga à de escravo (art. 149 do Código Penal) é a dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da Constituição Federal de 1988). Para tal, será apresentado o caso de José Pereira Ferreira, trabalhador rural alvejado com tiros de fuzil ao tentar escapar de uma fazenda onde era mantido escravo, o qual se tornou um marco na luta contra o trabalho escravo no Brasil, resultando, inclusive, na alteração artigo 149 do Código Penal, o qual passou a compreender sete modos de execução para o crime, os quais serão todos detalhados, também, no primeiro capítulo.

O segundo capítulo tem por objetivo explicitar o círculo vicioso do trabalho escravo rural no Brasil contemporâneo, detalhando o fenômeno da escravidão por dívida na pecuária, atividade rural com maior incidência de trabalho escravo no Brasil, e demonstrar a constitucionalidade/legalidade do cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, conhecido como “lista suja” do Ministério do Trabalho e Emprego, importantíssima ferramenta de combate à superexploração do trabalho.

O terceiro capítulo tem por objetivo demonstrar que o projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013, que pretende regulamentar a Emenda Constitucional nº 81, representa um retrocesso no atual conceito de trabalho escravo e esvazia o novo texto constitucional. Para tal, serão apresentadas as principais críticas sofridas pelo projeto de lei e detalhadas as Emendas propostas no Senado Federal, objetivando comprovar a tese de que o referido Projeto de Lei precisa ser totalmente reescrito, caso contrário tornará inócuo o novo texto constitucional.

1 CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

No dia 13 de maio de 1888, a Lei nº 3.353,¹ conhecida como Lei Áurea, declarou extinta a escravidão no Brasil. A Lei Áurea foi precedida pela Lei nº 2.040/1871² (Lei do Ventre Livre), que declarou livres os filhos de mulheres escravas, e pela lei nº 3.270/1.885³ (Lei dos Sexagenários), que garantiu a liberdade dos escravos de mais de sessenta anos de idade.

O Decreto-Lei nº 2.848 de 1940⁴ (Código Penal) tipificou os crimes de redução a condição análoga à de escravo, frustração de direito assegurado por lei trabalhista e aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, respectivamente, artigos 149, 204 e 207. No ano de 1957 o Brasil promulgou as Convenções nº 29 e nº 95 da Organização Internacional do Trabalho (OIT),⁵ obrigando-se a “suprimir o trabalho forçado ou obrigatório sob todas as suas formas no mais curto prazo possível” e proibindo ao empregador “restringir a liberdade do trabalhador de dispor de seu salário da maneira que lhe convier”.

No ano de 1966, o Brasil reconheceu a servidão por dívidas dentre as práticas análogas à escravidão e comprometeu-se a “adotar medidas eficazes, no sentido da abolição imediata e completa do trabalho forçado ou obrigatório”, através da Convenção sobre Escravatura, de 1926, emendada pelo Protocolo de 1953; Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, de 1956;⁶ e Convenção nº 105 da OIT.⁷

¹ BRASIL. *Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888*. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

² _____. *Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871*. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annaul de escravos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

³ _____. *Lei nº 3.270/1.885, de 28 de setembro de 1885*. Regula a extinção gradual do elemento servil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-norma-pl.html>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

⁴ _____. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

⁵ _____. *Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957*. Promulga as Convenções Internacionais do Trabalho de nº11,12,13,14,19,26,29,81,88,89,95,99,100 e 101, firmadas pelo Brasil e outros países em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D41721.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

⁶ _____. *Decreto nº 58.563, de 1º de junho de 1966*. Promulga e Convenção sobre Escravatura de 1926 emendada pelo Protocolo de 1953 e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura de 1956. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58563-1-junho-1966-399220-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

A Constituição Federal de 1988⁸ elencou a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III e IV) e introduziu o conceito de função social da propriedade (5º, XXIII). Em 1992, o país reconheceu a todos o direito a condições de trabalho justas, seguras e higiênicas; salário equitativo; limitação da jornada de trabalho e férias e feriados remunerados, além de garantir e reafirmar que ninguém pode ser submetido à escravidão, mantido em servidão ou constrangido a realizar trabalho forçado ou obrigatório – Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,⁹ de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas¹⁰ e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).¹¹

A Lei nº 9.777 de 1998¹² promoveu o aumento da pena prevista para os crimes de frustração de direito assegurado por lei trabalhista e aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional (arts. 203 e 207 do CP) e a Lei nº 10.803 de 2003¹³ alterou a redação do art. 149 (crime de redução a condição análoga à de escravo), minuciando a conduta tipificada no *caput* e acrescentando condutas equiparadas.

Finalmente, em 5 de junho de 2014, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 81,¹⁴ dando nova redação ao art. 243 da Constituição Federal, que passou a prever a expropriação, sem indenização ao proprietário (confisco), dos imóveis e de todo e qualquer bem de valor econômico apreendidos em decorrência da exploração de trabalho escravo.

⁷ BRASIL. *Decreto nº 58.822, de 14 de julho de 1966*. Promulga a Convenção nº 105 concernente à abolição do Trabalho forçado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D58822.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

⁸ _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

⁹ _____. *Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992*. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

¹⁰ _____. *Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992*. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

¹¹ _____. *Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992*. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

¹² _____. *Lei nº 9.777, de 29 de dezembro de 1998*. Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9777.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

¹³ _____. *Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003*. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

¹⁴ _____. *Emenda Constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014*. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc81.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

1.1 RECONHECIMENTO DO PROBLEMA

No ano de 1978, graças ao depoimento de trabalhadores que conseguiram fugir a pé das fazendas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciou a exploração de trabalho escravo em propriedades localizadas no Sul do Pará, ligadas a multinacionais. A denúncia teve grande visibilidade internacional, mas só a partir de 1985 as denúncias de trabalhadores em situações análogas à de escravos no Brasil passaram a ser encaminhadas à OIT.¹⁵

Criado no ano de 1985, o Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, através da Coordenadoria de Conflitos Agrários, compilou dados sobre o assunto, divulgou relatórios, encaminhou denúncias à *Anti-Slavery International* e defendeu a desapropriação de imóveis rurais flagrados com trabalhadores em condições análogas à escravidão.¹⁶ O trabalho da Coordenadoria de Conflitos Agrários durou pouco, uma vez que o então presidente da República, José Sarney, cedendo à pressão de grandes proprietários rurais, determinou o fim dos trabalhos e o arquivamento do material colecionado.¹⁷

Em setembro de 1989, um trabalhador rural chamado José Pereira Ferreira e um companheiro de trabalho, apelidado de “Paraná”, foram alvejados com tiros de fuzil ao tentarem escapar da fazenda Espírito Santo, localizada na cidade de Sapucaia/PA, onde, juntamente com outros 60 trabalhadores rurais, após serem enganados com falsas promessas, foram submetidos a trabalhos forçados, sem remuneração e a condições de trabalho subumanas.

“Paraná” não resistiu aos ferimentos e faleceu, José Pereira, alvejado nas mãos e no rosto, fingiu-se de morto e, juntamente com o corpo do companheiro, foi enrolado em uma lona, jogado na carroceria da caminhonete e abandonado na rodovia PA-150, a vinte quilômetros do local crime. José Pereira denunciou o caso à Polícia Federal que resgatou os outros sessenta trabalhadores. Os pistoleiros, todavia, haviam fugido.¹⁸

¹⁵ ABRAMO, Lais; MACHADO, Luiz. O Combate ao Trabalho Forçado: um desafio global. In: NOCCHI, Andrea Saint Pastous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves (coord.). *Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 69.

¹⁶ SILVA, Marcello Ribeiro. *Trabalho Análogo ao de Escravo Rural no Brasil do século XXI: novos contornos de um antigo problema*. 2010. 280 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Direito. Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2010. p. 161

¹⁷ SILVA, José Carlos Aragão. *Ser Livre e Ser Escravo: memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais (1990-2008)*. 2009. 175 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2009. p. 65.

¹⁸ MARANHÃO COSTA, Patrícia Trindade. *Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil*. 1. ed. Brasília: OIT, 2010. p. 27.

O caso “Zé Pereira”, como ficou conhecido, tornou-se um marco na luta contra o trabalho escravo Brasil. Entendendo-se tratar de um caso de omissão do Estado Brasileiro, as Organizações não Governamentais – ONGs *Americas Watch* e Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL apresentaram uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH contra a República Federativa do Brasil, na qual alegaram a violação aos artigos I, XIV e XXV da Declaração Americana sobre Direitos e Obrigações do Homem e os artigos 6, 8 e 25, em conjunção com o artigo 1, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.¹⁹

No ano de 1995, o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, assumiu publicamente a existência do trabalho escravo no Brasil²⁰ – ressalta-se que três anos antes, ao ser cobrado pelas diversas denúncias de trabalho escravo encaminhadas à OIT desde 1985, o governo brasileiro negou a existência do trabalho escravo no país e alegou que os casos mencionados constituíam apenas violações à legislação trabalhista.

Além do reconhecimento oficial do problema, o ano de 1995 ficou marcado pela criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM,²¹ de atuação específica no meio rural, o qual se tornou o principal mecanismo de resgate de trabalhadores, promoção do pagamento de verbas trabalhistas, aplicação de sanções administrativas e fornecimento de provas para atuação do Ministério Público junto ao Judiciário.²²

Composto por Auditores Fiscais do Trabalho e auxiliado por Procuradores do Trabalho e Policiais Federais, o GEFM realizou, até maio de 2013, 1.572 operações, que resultaram em 46.478 trabalhadores resgatados e no pagamento de R\$86.320.330,00 aos trabalhadores, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.²³

¹⁹ MARANHÃO COSTA, Patrícia Trindade. *Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil*. 1. ed. Brasília: OIT, 2010. p. 28-30.

²⁰ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo Rural no Brasil*. 1. ed. Brasília: OIT, 2011. p. 152.

²¹ BRASIL. Ministério do Trabalho. *Portaria n. 540, de 14 de junho de 1995*. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQFjAB&url=https%3A%2F%2Fwww2.mppa.mp.br%2Fsistemas%2Fgcsites%2Fupload%2F25%2FPortaria%2520Minist%25C3%2583%25C2%25A9rio%2520do%2520Trabalho%2520n%25C3%2582%25C2%25BA%2520550%2C%2520de%252014%2520de%2520junho%2520de%25201995.doc&ei=VKgkVebfJoWZNt_bgIgL&usg=AFQjCNEBTCKkPTi9ojnUXVLA_6uBYl8f8g&sig2=JAXd5dDiuzmpdUTkTrdCJA&bvm=bv.90237346,d.eXY>. Acesso em: 8 abr. 2015.

²² _____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Trabalho escravo no Brasil em retrospectiva: referências para estudos e pesquisas*. Brasília, 2012. p. 7. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC882013543FDF74540AB/retrospec_trab_escravo.pdf> Acesso em: 8 abr. 2015.

²³ _____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Quadro geral das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo*. Brasília, 2013. Disponível em:

Finalmente, em setembro 2003, o caso “Zé Pereira” teve um desfecho, o Brasil celebrou um Acordo de Solução Amistosa²⁴ com ONGs Américas Watch e CEJIL perante a CIDH, no qual reconheceu publicamente sua responsabilidade em relação ao referido caso, indenizou a vítima em R\$52.000,00 e criou a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE,²⁵ além de se comprometer a: a) efetuar esforços para a alteração artigo 149 do Código Penal; b) defender a competência da Justiça Federal para julgar o crime de redução a condição análoga à de escravo; c) fortalecer os órgãos de fiscalização; d) realizar uma campanha nacional de sensibilização contra a prática do trabalho escravo.

1.2 ALTERAÇÃO DO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL

José Pereira Ferreira expôs a grave violação dos direitos humanos a que muitos trabalhadores eram submetidos no Brasil, deixando clara a necessidade de se definir o problema segundo as especificidades nacionais, a fim de possibilitar um enfrentamento mais eficaz. Nesse contexto, entendeu-se de fundamental importância uma definição mais precisa do crime de redução a condição análoga à de escravo,²⁶ uma vez que a redação original do artigo 149 do Código Penal Brasileiro era demasiadamente sucinta: “Art. 149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos”.

A redação original estabelecia um tipo penal de forma livre, ou seja, o legislador não havia individualizado de forma plena a conduta tipificada, de modo que o crime podia ser praticado por qualquer meio de execução,²⁷ cabendo ao intérprete da lei determinar o que fosse “condição análoga à de escravo”,²⁸ o que gerou diversas exegeses doutrinárias e jurisprudenciais.

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A45B26698014625BF23BA0208/Quadro%20resumo%20opera%C3%A7%C3%B5es%20T.E.%201995%20-%202013.%20Internet.pdf>> Acesso em: 8 abr. 2015.

²⁴ COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Relatório nº 95/03. Caso 11.289. Solução Amistosa José Pereira. Brasil*. Washington, 2003. Disponível em:

<<http://cidh.oas.org/annualrep/2003port/Brasil.11289.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

²⁵ BRASIL. *Decreto de 31 de julho de 2003*. Cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn9943.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

²⁶ MARANHÃO COSTA, Patrícia Trindade. *Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil*. 1. ed. Brasília: OIT, 2010. p. 32-33.

²⁷ JESUS, Damásio Evangelista de. *Código Penal Anotado*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 149.

²⁸ FELICIANO Guilherme Guimarães. Do crime de redução à condição análoga à de escravo, na redação da Lei 10.803/2003. *COAD*, sine loco, informativo semanal n. 45, ano 39, p. 437-427. nov. 2005. Disponível em: <http://coad.com.br/app/webroot/files/trab/pdf/ct_net/2005/ct4505.pdf> Acesso em: 5 abr. 2015.

Costa Silva afirmava que o delito consistia em tratar a vítima como se escavo fosse, ainda que na ausência de “completo senhorio e domínio”, por exemplo, privando-a de salários e impedindo-a de deixar determinada propriedade rural.²⁹ Magalhães Noronha vislumbrava a possibilidade de configuração do delito ainda que sem a existência de maus tratos ou de qualquer imposição de sofrimento à vítima, por exemplo, no harém de um sultão (escravidão sexual).³⁰ Costa Jr. entendia que o crime somente se consumava caso o sujeito ativo anulasse totalmente a liberdade da vítima, exercendo sobre ela completo senhorio e domínio, reduzindo-o à condição de coisa.³¹ Havia, ainda, quem vislumbrasse que o tipo penal não passava de imaginação legal ou “pura ornamentação”, de raríssima aplicação – Jorge Severiano³² e Bento de Faria³³.

Quanto à divergência jurisprudencial, colaciono excertos de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo – TJSP, citadas, respectivamente, por Bitencourt e Delmanto:

Para a caracterização do crime não é necessário que a vítima seja transportada de um lugar para o outro, que fique enclausurada ou lhe sejam infligidos maus tratos. A conduta pode ser praticada por violência, ameaça, fraude, retenção de salários, etc. Considerou-se caracterizado o delito no caso dos réus que forçavam os trabalhadores a serviços pesados e extraordinários, com a proibição de deixarem a propriedade agrícola sem liquidarem os débitos pelos quais eram responsáveis (RT 484/280).³⁴

O procedimento de fazendeiro que impede a mudança de colonos, de sua propriedade, por estarem em débito com a mesma, é censurável, mas não constitui o delito do art. 49; este crime importa na completa sujeição da pessoa ao poder de outrem, não se configurando quando a vítima tinha liberdade na sua locomoção (TJSP, RT 282/150).³⁵

²⁹ SILVA, A. J. da Costa e. Plágio. *Justitia*. n. 39, p. 11, apud FELICIANO Guilherme Guimarães. Do crime de redução à condição análoga à de escravo, na redação da Lei 10.803/2003. *COAD*, sine loco, informativo semanal n. 45, ano 39, p. 437-427. nov. 2005. Disponível em:

<http://coad.com.br/app/webroot/files/trab/pdf/ct_net/2005/ct4505.pdf> Acesso em: 5 abr. 2015.

³⁰ NORONHA, Edgar Magalhães. *Direito Penal*. v. 2. São Paulo: Saraiva, 1969, p.165, apud FELICIANO Guilherme Guimarães. Do crime de redução à condição análoga à de escravo, na redação da Lei 10.803/2003. *COAD*, sine loco, informativo semanal n. 45, ano 39, p. 437-427. nov. 2005. Disponível em:

<http://coad.com.br/app/webroot/files/trab/pdf/ct_net/2005/ct4505.pdf> Acesso em: 5 abr. 2015.

³¹ COSTA JR, Paulo José da. *Direito Penal: curso completo*, 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 303, apud FELICIANO Guilherme Guimarães. Do crime de redução à condição análoga à de escravo, na redação da Lei 10.803/2003. *COAD*, sine loco, informativo semanal n. 45, ano 39, p. 437-427. nov. 2005. Disponível em: <http://coad.com.br/app/webroot/files/trab/pdf/ct_net/2005/ct4505.pdf> Acesso em: 5 abr. 2015.

³² SEVERIANO, Jorge. apud HUNGRIA, Nélson. *Comentários ao código penal*. v. 4. Rio de Janeiro: Forense, 1958. p. 200.

³³ FARIA, Bento de. apud HUNGRIA, Nélson. *Comentários ao código penal*. v. 4. Rio de Janeiro: Forense, 1958. p. 200.

³⁴ PRADO, Luiz Regis; BITENCOURT, Cezar Roberto. *Código Penal Anotado e Legislação Complementar*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 531.

³⁵ DELMANTO, Celso. et al. *Código Penal Comentado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 321.

Vemos que os dois casos referem-se à proibição pelo proprietário de que os trabalhadores deixassem a fazenda em razão de débitos contraídos com a própria propriedade rural, todavia, o entendimento preconizado em cada um dos julgados foi oposto. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em julgamento proferido pela Primeira Turma, manteve a condenação de uma empresa agropecuária no pagamento de danos morais coletivos pela prática de trabalho em condições degradantes, entendendo pela caracterização de trabalho em condições análogas à escravidão, em observância a um conceito mais abrangente,³⁶ “exercício de atividade profissional em condições subumanas”:

EMENTA: DANO MORAL COLETIVO – POSSIBILIDADE – Uma vez configurado que a ré violou direito transindividual de ordem coletiva, infringindo normas de ordem pública que regem a saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador, é devida a indenização por dano moral coletivo, pois tal atitude da ré abala o sentimento de dignidade, falta de apreço e consideração, tendo reflexos na coletividade e causando grandes prejuízos à sociedade.

[...]

Pelo que destes autos consta, a reclamada imputou a um conjunto de trabalhadores que não se pode quantificar, pois aqueles que foram indenizados restringem-se aos que estavam no local por ocasião da fiscalização, o exercício de atividade profissional em condições subumanas, pois o ambiente de trabalho não tinha a menor salubridade, sem instalações higiênicas, sem água potável, com trabalho a céu aberto e não eram fornecidos os equipamentos de proteção.³⁷

A Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região reformou a decisão de primeiro grau e propalou expressamente que a redução a condição análoga à de escravo prescinde do enclausuramento e endividamento dos trabalhadores, do isolamento geográfico ou da existência de cercas, grades, muros ou vigilância ostensiva; bastando para configuração do delito, por exemplo a falta de condução ou de dinheiro, a; carência de alimentação ou a longa distância e/ou o difícil acesso ao local de trabalho:

EMENTA: DANO MORAL. TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO. Além de justa a reparação do dano moral requerida, bem como da procedência das verbas rescisórias trabalhistas reivindicadas em consequência do aludido dano, também justificador da extinção das relações empregatícias, torna-se imposterável um indispensável e inadiável "Basta!"

³⁶ LIMA, Firmino Alves. A jurisprudência sobre a caracterização do trabalho em condições análogas à de escravo no Brasil. In: NOCCHI, Andrea Saint Pastous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves (Coord.). *Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 203-204.

³⁷ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (8ª Região). Recurso Ordinário nº 5.309/2002. 1ª Turma. Relator: Juiz Convocado José de Jesus Ribeiro. Belém, 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/31236737/tribunal-regional-do-trabalho-da-8a-regiao-organizaao-/9>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

à intolerável e nefasta ofensa social e retorno urgente à decência das relações humanas de trabalho. Torna-se, portanto, urgente a extirpação desse cancro do trabalho forçado análogo à de escravo que infeccionou as relações normais de trabalho, sob condições repulsivas da prestação de serviços tão ofensivas à reputação do cidadão brasileiro com negativa imagem do país, perante o mundo civilizado.

[...]

Em primeiro lugar, refuto o entendimento consagrado na origem, segundo o qual, a situação objeto de exame não configuraria trabalho escravo, pois não demonstrado “o enclausuramento e nem endividamento dos trabalhadores”, nem mesmo que tais trabalhadores permaneciam acorrentados e sob “vigilância ostensiva e armada”.

[...]

As situações aventadas na decisão para excluir os crimes alegados na petição inicial não constituem causas, condições ou pressupostos para a sua configuração. Nem mesmo a necessidade do “isolamento geográfico”, ou a “impossibilidade de deslocamento” (impossibilidade física ou por meio de cercas, grades, muros, etc.). Bastante para a caracterização de qualquer um deles é, por exemplo, a ocorrência de certas hipóteses, tais como, v. g., a falta de condução, a falta de dinheiro, carência de alimentação, da longa distância ou difícil acesso ao local de trabalho, além de seu afastamento das autoridades fiscalizadoras – como no caso dos autos.³⁸

Tal entendimento, todavia, não era unânime na Justiça do Trabalho, conforme se observa da decisão proferida pela Sétima Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em acórdão de relatoria do Juiz Milton Vasques Thibau de Almeida que deu provimento ao Recurso Ordinário interposto pelos reclamados para excluir da condenação a indenização por danos morais a um trabalhador transportado em “camionete boiadeira” em meio a fezes de suínos e bovinos:

EMENTA: DANOS MORAIS. TRANSPORTE INADEQUADO. AUSÊNCIA DE OFENSA À DIGNIDADE HUMANA. Poder-se-ia questionar no âmbito administrativo uma mera infração das normas de trânsito do Código de Trânsito Brasileiro quanto ao transporte inadequado de passageiros em carroceria de veículo de transporte de cargas, o que não é da competência da Justiça do Trabalho. Mas se o veículo é seguro para o transporte de gado também o é para o transporte do ser humano, não constando do relato bíblico que Noé tenha rebaixado a sua dignidade como pessoa humana e como emissário de Deus para salvar as espécies animais, com elas coabitando a sua Arca em meio semelhante ou pior do que o descrito na petição inicial (em meio a fezes de suínos e de bovinos).³⁹

³⁸ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da (10ª Região). Recurso Ordinário nº 00073-2002-811-10-00-6. 2ª Turma. Relator: Juiz José Ribamar O. Lima Junior. Brasília, 7 de maio de 2003. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8720893/recurso-ordinario-ro-73200281110006-to-00073-2002-811-10-00-6/inteiro-teor-13782532>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

³⁹ _____. Tribunal Regional do Trabalho (3ª Região). Recurso Ordinário nº 48403 01023-2002-081-03-00-0. 7ª Turma. Relator: Juiz Milton Vasques Thibau de Almeida. Belo Horizonte, 13 de março de 2003. Disponível

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho exarou nota de repúdio “pelo grave e inadmissível desrespeito que referida decisão manifesta em relação aos direitos da pessoa humana e, sobretudo, do cidadão trabalhador”.⁴⁰

Com efeito, quando nos referimos ao crime de condição análoga à de escravo, a primeira imagem que surge no imaginário popular é a do escravo negro – constantemente açoitado, acorrentado a uma bola de ferro e vivendo em uma senzala – essa visão histórica, aliada ao alto grau de generalidade do texto, redundava em um sério problema no enfrentamento da questão, haja vista a dificuldade em conceituar o que seria reduzir alguém à condição análoga à de escravo.⁴¹

Após sofrer inúmeras críticas e, em especial, após o Acordo de Solução Amistosa homologado perante a CIDH, em 11 de dezembro de 2003 foi promulgada a Lei nº 10.803, alterando a redação do art. 149 do Código Penal, que passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

em: < <http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/129329368/recurso-ordinario-trabalhista-ro-48403-01023-2002-081-03-00-0/inteiro-teor-129329378>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

⁴⁰ CONSULTOR JURÍDICO. *Procuradores repudiam sentença que comparou homens a animais*. Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2003-jun-03/procuradores_repudiam_sentenca_juiz_trabalho>. Acesso em: 8 abr. 2015.

⁴¹ MELO, Luís Antônio Camargo. Atuação do Ministério Público do Trabalho no combate ao trabalho escravo: crimes contra a organização do trabalho e demais crimes conexos. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea*. Brasília: OIT, 2007. p. 66.

A alteração legislativa produziu um tipo penal de forma vinculada, ou seja, o próprio artigo 149 passou a prever as hipóteses de enquadramento da conduta do agente, “de modo que só integram o tipo aquelas condutas especificamente detalhadas”.⁴² Produziu, também, um crime próprio, tanto em relação ao sujeito ativo quanto ao sujeito passivo, já que o delito somente se configurará caso haja alguma relação de trabalho entre o agente e a vítima.⁴³ Nesse sentido, caso a conduta seja praticada por forma diversa daquelas expressas na lei, ou em situação alheia à relação de trabalho, caracterizar-se-á outro crime,⁴⁴ por exemplo: perigo para a vida ou saúde de outrem;⁴⁵ maus-tratos;⁴⁶ constrangimento ilegal;⁴⁷ sequestro e cárcere privado.⁴⁸

Para José Claudio Monteiro de Brito Filho, a alteração introduzida pela Lei nº 10.803/2003 trouxe duas vantagens: ampliou o rol de hipóteses que caracterizam o trabalho escravo, centrando-se principalmente na violação à dignidade da pessoa humana e tornou mais fácil a identificação do ilícito no caso concreto.⁴⁹ É necessário ressaltar, todavia, que se por um lado a nova redação tende a evitar a discussão travada quanto ao que seja condição análoga à de escravo, por outro, restringiu seu alcance incriminador.⁵⁰

A configuração do crime de redução a condição análoga à de escravo pode se dar, na atual redação do Código Penal, por sete modos de execução:⁵¹ 1) submissão a trabalhos forçados; 2) sujeição a jornada exaustiva de trabalho; 3) sujeição a condições degradantes de trabalho; 4) restrição da locomoção do trabalhador em razão de dívida

⁴² JESUS, Damásio Evangelista de. *Código Penal Anotado*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 149.

⁴³ GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: parte especial*. 9. ed. v. 2. Niterói: Impetus, 2012. p. 521.

⁴⁴ MIRABETE, Julio Fabrinini; FABBRINI, Renato E. *Código Penal Interpretado*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 1211.

⁴⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Art. 132 - *Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente: Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

⁴⁶ Idem. Art. 136 - *Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa*.

⁴⁷ Idem. Art. 146 - *Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa*.

⁴⁸ Idem. Art. 148 - *Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado: Pena - reclusão, de um a três anos*.

⁴⁹ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho com Redução à Condição Análoga à de Escravo: análise a partir de trabalho decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. In: NOCCHI, Andrea Saint Pastous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves (Coord.). *Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação*. 2. ed. São Paulo: LTR, 2011. p. 127-133.

⁵⁰ SILVA, Marcello Ribeiro. *Trabalho Análogo ao de Escravo Rural no Brasil do século XXI: novos contornos de um antigo problema*. 2010. 280 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Direito. Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2010. p. 211.

⁵¹ BRITO FILHO, op. cit., p. 127.

contraída com o empregador ou preposto; 5) cerceamento do uso de qualquer meio de transporte com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho; 6) manutenção de vigilância ostensiva com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho; 7) retenção de documentos ou objetos de uso pessoal do trabalhador com o fim de retê-lo no local de trabalho – as quais, nesse estudo, serão separadas em quatro espécies: trabalho forçado, trabalho com restrição de liberdade, jornada exaustiva de trabalho e condições degradantes de trabalho.

1.3 TRABALHO FORÇADO

A primeira definição para o trabalho forçado foi instituída pelo art. 2º.1 da Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho, segundo o qual “a expressão ‘trabalho forçado ou obrigatório’ designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade”.⁵²

Segundo a OIT, a definição ampla pretende uma abrangência mundial e é composta por dois elementos: 1) ameaça de punição; 2) ausência de consentimento – os quais, reunidos, compreenderiam as diferentes situações de trabalho forçado existentes nas mais diversas economias, seja imposto por agentes privados ou estatais. Todavia, a própria OIT reconhece que no caso brasileiro o trabalhador escravizado segue voluntariamente para o trabalho, porque enganado, o que torna irrelevante para a configuração do delito o seu consentimento inicial.⁵³

Nesse sentido, o trabalho forçado não é somente aquele para o qual o trabalhador não tenha se oferecido espontaneamente, uma vez que – conforme veremos no segundo capítulo – diversos trabalhadores brasileiros resgatados de condições análogas à escravidão migraram voluntariamente, enganados com falsas promessas quanto ao salário e as condições de trabalho; sendo, posteriormente, coagidos a permanecer na atividade laboral.

Luís Antônio Camargo de Melo afirma que essa coação pode ser subdividida em três ordens: a) coação moral; b) coação psicológica; e c) coação física:

⁵² BRASIL. *Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957*. Promulga as Convenções Internacionais do Trabalho de nº11,12,13,14,19,26,29,81,88,89,95,99,100 e 101, firmadas pelo Brasil e outros países em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D41721.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

⁵³ MARANHÃO COSTA, Patrícia Trindade. *Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil*. 1. ed. Brasília: OIT, 2010. p. 36-37.

a) A coação moral ocorre quando o tomador de serviços, valendo-se da pouca instrução e do elevado senso de honra pessoal do trabalhador, o submete a elevadas dívidas (constituídas fraudulentamente), com a finalidade de impossibilitar a descontinuidade do serviço prestado,⁵⁴ abrange, portanto, a servidão por dívida, na qual o devedor se compromete a fornecer serviços pessoais em garantia de uma dívida, mas o valor dos serviços não é equitativo ao valor do débito.⁵⁵

b) A coação psicológica, por sua vez, ocorre sempre que o trabalhador, a fim de que permaneça trabalhando, tem ameaçada sua integridade física, muitas vezes por empregados armados, estabelecendo-se, assim, um clima de terror entre os trabalhadores.⁵⁶ A coação psicológica geralmente é praticada por capangas armados, contratados exclusivamente para vigiar e amedrontar os possíveis “fujões”, o que evidencia uma situação de coerção e privação de liberdade.⁵⁷ Além disso, o isolamento da fazenda e a ausência de qualquer tipo de transporte dificultam as possibilidades de fuga, já que seria necessário caminhar quilômetros pela mata, havendo inúmeros casos de trabalhadores que desapareceram após a fuga, o que reforça a coação sofrida pelos trabalhadores.⁵⁸

c) Aqueles que manifestam sua insatisfação com os valores descontados ou com as condições de trabalho, ou que transpareçam o desejo de deixar a fazenda, sofrem frequentes ameaças e aqueles que tentam fugir e são recapturados sofrem humilhações, agressões físicas, torturas ou são assassinados, a fim de servirem como exemplo para os demais,⁵⁹ havendo relatos, inclusive, de trabalhadores que são obrigados a dormir trancados em barracões.⁶⁰ “É a coação de ordem física”, segundo Camargo de Melo.⁶¹

A título ilustrativo, colaciono relato constante da sentença proferida no ano de 2006 pelo Juiz João Humberto Cesário, da Vara do Trabalho de São Félix do Araguaia/MT:

⁵⁴ MELO, Luís Antônio Camargo de. Premissas para um eficaz combate ao trabalho escravo. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, ano 13, n. 26, p. 11-33, set. 2003. p. 13.

⁵⁵ BRASIL. *Decreto nº 58.563, de 1º de junho de 1966*. Promulga e Convenção sobre Escravidão de 1926 emendada pelo Protocolo de 1953 e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão de 1956. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58563-1-junho-1966-399220-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

⁵⁶ MELO, op. cit., loc. cit.

⁵⁷ MARANHÃO COSTA, Patrícia Trindade. *Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil*. 1. ed. Brasília: OIT, 2010. p. 32.

⁵⁸ MELO, op. cit., p. 13.

⁵⁹ FÁVERO FILHO, Nicanor. Trabalho Escravo: vilipêndio à dignidade humana. In: PIOVESAN, Flávia; CARVALHO, Luciana Paula Vaz de (Coord.). *Direitos Humanos e Direito do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 263.

⁶⁰ MARANHÃO COSTA, op. cit., loc. cit.

⁶¹ MELO, op. cit., p. 14.

Relatou o trabalhador Noel Antunes Loureiro, perante o delegado Márcio Cambahuba e o médico legista Juarez Sander, que na ocasião em desejou sair do serviço mandaram-no esperar por três dias. Após, determinaram que arrumasse suas coisas e o conduziram, sob a mira de um revólver, ao aterro de uma represa, quando mandaram que se deitasse no chão e passaram agredi-lo com pontapés e golpes de corrente. Na esteira dos fatos, assim que pode correu em fuga para dentro da mata, onde ficou escondido até o outro dia. Entretanto, quando saiu da mata foi apanhado novamente, sendo amarrado a um caminhão, ocasião em que lhe apertaram o dedo com uma torquês, a fim de que confessasse onde estariam seus demais companheiros.

Que na fazenda havia três seguranças armados com revólveres (Carlão, Edson e Paulo, vulgo "Pai Velho"), fazendo vigilância diurna e noturna; que um empregado de nome Carlos foi alvejado por tiros quando tentou fugir pela mata, sendo esbofeteado e enforcado quando capturado, ao argumento de que isso serviria de exemplo para os demais empregados.⁶²

A característica do trabalho forçado é, portanto, a ausência de liberdade, ou seja, haverá trabalho forçado tanto quando o trabalhador não puder se negar ao trabalho desde o início, como quando não puder desistir de sua permanência a qualquer tempo, ou seja, o trabalho inicialmente consentido pode se tornar forçado durante sua execução.⁶³ Resumidamente, o trabalho forçado pode ser entendido, então, como todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob ameaça ou coação (física, moral ou psicológica), ainda que advindo de livre ajuste.

1.4 TRABALHO COM RESTRIÇÃO DE LIBERDADE

A redação do art. 149 do Código Penal, dada pela Lei nº 10.803/2003, estabeleceu quatro diferentes condutas características do trabalho com restrição de liberdade: 1) restringir a locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto; 2) cercear o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; 3) manter vigilância ostensiva no local de trabalho, com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho; 4) apoderar-se de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho:

⁶² BRASIL. Vara do Trabalho de São Félix do Araguaia. Ação Civil Pública nº 00177.2005.061.23.00-3. Juiz João Humberto Cesário. São Félix do Araguaia, 18 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/jurisprudencia/16758/trabalho-escravo>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

⁶³ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. *Trabalho com redução do homem à condição análoga à de escravo e dignidade da pessoa humana*, 2006. p. 12. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/documentos/dignidadetrabalhoescravo.pdf> Acesso em: 5 abr. 2015.

1) Caso a liberdade de ir e vir do trabalhador seja cerceada em razão de dívida, configura-se o crime de redução a condição análoga à de escravo, qualquer que seja o meio empregado. Nesse sentido, caso seja proporcionado ao obreiro adquirir bens do próprio patrão ou de seus prepostos, a saída daquele jamais poderá ser vinculada à quitação da dívida.⁶⁴ Constitui tipo penal semelhante àquele o previsto no art. 203, § 1º, I, do Código Penal:

Frustração de direito assegurado por lei trabalhista

Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho:

Pena - detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Na mesma pena incorre quem:

I - obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida. (grifo nosso)

Uma vez que o trabalho com restrição de liberdade pressupõe sempre uma situação de cárcere privado, a diferença entre as duas condutas reside na configuração, ou não, do cárcere, ou seja, no primeiro o patrão restringe a liberdade de locomoção do trabalhador, por exemplo, impedindo-o de ausentar-se da fazenda; no segundo, restringe-se o direito de livre escolha em manter, ou não, o vínculo de trabalho, sempre sem qualquer restrição à liberdade de locomoção.⁶⁵

De modo que caso o trabalhador possa ir e vir, mas se sinta vinculado ao posto de trabalho em razão de dívida contraída com o patrão, configura-se o crime de “frustração de direito assegurado por lei trabalhista”; todavia, se em razão da dívida, o trabalhador tiver restringida, por qualquer meio, sua liberdade de locomoção, configura-se o crime de “redução a condição análoga à de escravo”.

2) A expressão “cerceamento do uso de qualquer meio de transporte com o objetivo de reter o trabalhador”, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, deve ser interpretada como “toda forma de limitação do uso de transporte, particular ou público,

⁶⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 10. ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2010. p. 706.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 706-707.

utilizado pelo trabalhador para se locomover do trabalho para outros locais situados fora dos domínios patronais, incluindo sua residência, e vice-versa”.⁶⁶

Ressalta-se que – não obstante a tipificação da conduta tenha sido idealizada para o caso de prestação de serviços em locais de difícil acesso, não servidas por transporte público e nos quais o empregador forneça transporte para levar e buscar os trabalhadores – a expressão “qualquer meio de transporte” possibilita a configuração do delito ainda que o meio de transporte aludido pertença a terceiros ou ao próprio trabalhador, desde que seja apto a possibilitar que o obreiro se ausente do local de trabalho.⁶⁷

3) A manutenção de vigilância ostensiva no lugar de trabalho, por si só, não configura o crime, já que na maioria das vezes visa proteger o patrimônio do patrão e os próprios trabalhadores, por exemplo, a segurança armada em instituições bancárias ou em órgão públicos. A caracterização do crime pressupõe, portanto, que a vigilância ostensiva possua o fim específico de reter o trabalhador no local de trabalho, por exemplo, a manutenção de capangas armados a fim de impedir que os trabalhadores deixem seus postos de trabalho.⁶⁸

4) No caso de retenção de documentos ou objetos pessoais, novamente o tipo penal muito se assemelha ao crime de “frustração de direito assegurado por lei trabalhista”, desta feita à conduta prevista no inciso II, do § 1º do art. 203:

Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho:

Pena - detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Na mesma pena incorre quem:

[...]

II - impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais. (grifo nosso)

A diferença, uma vez mais, reside na configuração, ou não, de cárcere privado. Assim caso a retenção dos documentos ou objetos pessoais impeça que o trabalhador

⁶⁶ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Instrução Normativa nº 91*, de 05 de outubro 2011 (art. 3º, § 1º, “e”). Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D32DC09BB0132DFD134F77441/in_20111005_91.pdf> Acesso em: 8 abr. 2015.

⁶⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 10. ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2010. p. 707.

⁶⁸ Idem.

se ausente do local de trabalho, configurar-se-á o crime de “redução a condição análoga à de escravo”; caso contrário, se a retenção se dá com o objetivo de manter apenas o vínculo laboral com o empregado, sem afetar sua liberdade de locomoção, impedindo, por exemplo, a contratação do trabalhador por outra empresa, configurar-se-á o crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista.⁶⁹

1.5 JORNADA DE EXAUSTIVA DE TRABALHO

Ao contrário do que inicialmente possa parecer, a jornada exaustiva de trabalho não se configura necessariamente pelo excesso de horas de trabalho, mas principalmente pelo esgotamento das capacidades corpóreas e produtivas do trabalhador – seja pela extensão, seja pela intensidade da jornada – acarretando riscos à sua saúde ou à sua segurança,⁷⁰ de modo que o conceito envolve, principalmente, o desrespeito às normas de saúde e segurança do trabalho, à vida privada do trabalhador e à dignidade da pessoa humana.⁷¹

A jornada exaustiva, portanto, não se relaciona necessariamente com a duração da jornada, mas, em especial, em como a saúde e a segurança do trabalhador são afetadas durante essa jornada. Caracteriza-se pela submissão do trabalhador a um esforço excessivo, com tal sobrecarga de trabalho e sem tempo suficiente para recuperação física ou mental, que acarreta danos à saúde e aumenta o risco de acidentes de trabalho, podendo, inclusive, causar-lha a morte.⁷²

Nesse sentido, caso a atividade laboral seja perigosa, penosa ou realizada em ambiente insalubre, é possível a caracterização da jornada exaustiva de trabalho ainda que a duração do trabalho observe os limites constitucionais – oito horas diárias e quarenta e quatro semanais – haja vista o maior desgaste físico e mental do trabalhador.⁷³

⁶⁹ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 10. ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2010. p. 707-708.

⁷⁰ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Instrução Normativa nº 91*, de 05 de outubro 2011 (art. 3º, § 1º, “b”). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D32DC09BB0132DFD134F77441/in_20111005_91.pdf> Acesso em: 8 abr. 2015.

⁷¹ RIBEIRO JÚNIOR, Raymundo Lima. Jornada de trabalho exaustiva e a Orientação n. 3 da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, ano 21, n. 42, p. 135-162, set. 2011. p. 152.

⁷² REPÓRTER BRASIL. *Perguntas e respostas sobre trabalho escravo*, [2013 ou 2014]. Disponível em: <<http://www.trabalhoescravo.org.br/conteudo/tres-mentiras-sobre-o-trabalho-escravo>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

⁷³ RIBEIRO JÚNIOR, op. cit., p. 153-157.

A jornada exaustiva nega ao trabalhador o direito à saúde, ao descanso e ao convívio social. Independe da ausência de pagamento de horas extras ou de qualquer outro tipo de compensação ao trabalhador. Difere, pois, do trabalho forçado (que por sua natureza deve ser exigido compulsoriamente), haja vista poder ser engendrada pelo próprio trabalhador, a fim de aumentar sua remuneração, manter-se no emprego ou conseguir outra vantagem qualquer,⁷⁴ como ocorre, por exemplo, com os cortadores de cana-de-açúcar, os quais, em regra, são remunerados por produção.

Por ser medida em toneladas, a quantidade de cana cortada pelos trabalhadores só é conhecida depois que o trabalho é realizado, o que, somada à ânsia do trabalhador de ganhar um pouco mais, faz com que os cortadores ultrapassem seus limites físicos de resistência, o que pode levá-los à morte,⁷⁵ como aconteceu com Juraci Barbosa da Silva.

Juraci, 39 anos, faleceu no dia 29 de junho de 2006, após trabalhar 70 dias sem folga. Nos dias que antecederam sua morte, Juraci cortou um volume de cana bem superior à média diária de 10 toneladas de cana-de-açúcar: no dia 28 de junho cortou 17,4 toneladas, no dia 21 de abril cortou 24,6 toneladas.⁷⁶ Considerando que um trabalhador que corta 12 toneladas de cana, em média, caminha 8.800 metros, despende 133.332 golpes de podão, carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, faz 800 trajetos e 800 flexões levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros, além de 36.630 flexões e entorses torácicas para golpear a cana e perde 8 litros de água,⁷⁷ fica fácil entender o que aconteceu com Juraci.

A jornada exaustiva de trabalho é, portanto, aquela que por sua extensão ou intensidade, mesmo que transitória e temporalmente, acarreta riscos à saúde e/ou à segurança do trabalhador, ainda que engendrada por ele próprio a fim aumentar sua remuneração, manter-se na atividade ou conseguir outra vantagem qualquer.

⁷⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 706.

⁷⁵ ALVES, Francisco. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, São Paulo v.3, n.2, artigo 2, abr./agosto. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/113/130>>. Acesso em: 5 abr. 2015. p. 14.

⁷⁶ HUGO, v. Brasil: *Ministério Público confirma cortador de cana morre em São Paulo por ter trabalhado 70 dias sem folga*, 2007. Disponível em: <<http://www.wsws.org/pt/2007/may2007/por1-m30.shtml>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

⁷⁷ ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana?. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/7496/9009>>. Acesso em: 5 abr. 2015. p. 96.

1.6 CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO

Condições degradantes de trabalho “são as que configuram desprezo à dignidade da pessoa humana”. É o trabalho realizado de maneira voluntária, porém em condições subumanas, sem a observância das normas de saúde e segurança, muitas vezes com tratamentos cruéis e com graves prejuízos à integridade física e/ou psicológica dos trabalhadores.⁷⁸

Caracteriza-se pelo desrespeito flagrante à dignidade do trabalhador e a direitos fundamentais, tais como: higiene, saúde, segurança, alimentação, moradia. Prescinde, portanto, ao cerceamento da liberdade ou à involuntariedade, decorrendo, principalmente, da ideia de coisificação do ser humano.⁷⁹ Nesse sentido o magistério do Desembargador Federal Tourinho Neto e da Ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber:

PENAL. CRIME CONTRA A LIBERDADE. REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO (ART. 149, *CAPUT*, DO CP). FATOS OCORRIDOS EM 2003. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS.

1. O tipo objetivo - sujeitar alguém à vontade do agente, escravizar a pessoa humana - descrito na antiga redação do art. 149 do Código Penal, depois da publicação da Lei 10.803, de 11.12.2003, continuou o mesmo. A nova Lei 10.803/03 apenas explicitou as hipóteses em que se configuram a condição análoga à de escravo, como, por exemplo, a submissão a trabalhos forçados, a jornada exaustiva, o trabalho em condições degradantes, a restrição da locomoção em razão de dívida com o empregador ou preposto. A nova lei ainda acrescentou formas qualificadas, punindo o crime com o aumento da pena em metade.

2. **Trabalhadores submetidos a condições de trabalho degradantes, num cenário humilhante de trabalho, indigno de um humano livre, havendo não apenas desrespeito a normas de proteção do trabalho, mas desprezo a condições mínimas de saúde, segurança, higiene, respeito e alimentação**, além de exercerem trabalho em servidão por contas de dívidas ali contraídas, pois se verifica que eram vendidos aos trabalhares insumos básicos, como arroz e feijão e equipamentos de proteção individual, comprovam a autoria do crime previsto no art. 149, *caput* e §2º, I, do CP pelo acusado.

⁷⁸ BRASIL. Ministério Público da União. *Relatório de atividades da CONAETE: exercício de 2009*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://mpt.gov.br/portalthtransparencia/download.php?tabela=PDF&IDDOCUMENTO=643>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

⁷⁹ _____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Instrução Normativa nº 91*, de 05 de outubro 2011 (art. 3º, § 1º, “c”). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D32DC09BB0132DFD134F77441/in_20111005_91.pdf> Acesso em: 8 abr. 2015.

3. Materialidade e autoria comprovadas pelos documentos acostados e provas testemunhais produzidas.⁸⁰ (grifo nosso)

INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO. REDATORA DO ACÓRDÃO: MIN. ROSA WEBER. PENAL. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO. ESCRAVIDÃO MODERNA. DESNECESSIDADE DE COAÇÃO DIRETA CONTRA A LIBERDADE DE IR E VIR. DENÚNCIA RECEBIDA.

A “escravidão moderna” é mais sutil do que a do século XIX e o cerceamento a liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos. **Priva-se alguém de sua liberdade e de sua dignidade tratando-o como coisa, e não como pessoa humana, o que pode ser feito não só mediante coação, mas também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno.** A violação do direito ao trabalho digno impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa ‘reduzir alguém a condição análoga à de escravo.

Não é qualquer violação dos direitos trabalhistas que configura trabalho escravo. Se a violação aos direitos do trabalho é intensa e persistente, se atinge níveis gritantes e se os trabalhadores são submetidos a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou a condições degradantes de trabalho, é possível, em tese, o enquadramento no crime do art. 149 do Código Penal, pois os trabalhadores estão recebendo o tratamento análogo ao de escravos, sendo privados de sua liberdade e de sua dignidade.⁸¹ (grifo nosso)

O constituinte originário alçou a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho ao patamar de fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º da CF/88), de modo que a submissão a condições degradantes de trabalho viola não apenas direito do trabalhador, mas de toda a coletividade. Nesse sentido, há de se reconhecer que no atual ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da dignidade humana foi realçado em detrimento do princípio da liberdade, sendo aquele, portanto, o principal bem jurídico lesado na exploração do trabalho escravo.

O trabalho degradante, portanto, apesar de realizado voluntariamente é prestado em condições desumanas, sem a observância das normas de saúde e segurança, com prejuízos à integridade física, moral ou psíquica dos trabalhadores, com submissão a tratamentos cruéis e em flagrante desrespeito à dignidade humana.

⁸⁰ _____. Tribunal Regional Federal (1ª região). Apelação Criminal nº 2007.39.01.000618-0/PA. Numeração Única: 0000616-97.2007.4.01.3901. 3ª Turma. Relator: Desembargador Federal Tourinho Neto. Brasília, 17 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/49746914/trf-1-11-01-2013-pg-769>>. Acesso em: 8 abr. 2015

⁸¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito 3.412 Alagoas. Plenário. Relator: Ministro Marco Aurélio. Redatora do Acórdão: Ministra Rosa Weber. Brasília, 29 de março de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3076256>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

2 TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, cidade ao norte do estado do Mato Grosso, realizou as primeiras denúncias de trabalho escravo contemporâneo.⁸² A carta pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com latifúndio e a marginalização social” (1971) é considerada um marco na denúncia e na luta contra a escravidão rural na região da Amazônia.⁸³

Casaldáliga denunciou as péssimas condições de trabalho dos chamados “peões”, trabalhadores rurais migrantes, inclusive menores, aliciados por empreiteiros com falsas promessas de bons salários, excelentes condições de trabalho, assistência médica e transporte gratuito, mas que ao chegarem às fazendas recebem a comunicação de que são devedores dos gastos de viagem e que devem pagar pelos alimentos, instrumentos de trabalho e medicamentos consumidos durante a execução do serviço, todos adquiridos no armazém da própria fazenda a preços sobrelevados.⁸⁴

A fim de reterem os trabalhadores, utilizava-se o sistema de pagamento com vales, de modo que, com habitações precárias construídas pelos próprios “peões” na zona de derrubada e com altíssima incidência de malária, muitos trabalhavam durante meses e, ao contrair a doença, tinham todo seu saldo devorado pela compra dos medicamentos, voltando ao endividamento com a fazenda. As tentativas de fuga eram barradas por pistoleiros armados.⁸⁵

Finalmente, caso alguma denúncia viesse à tona, os proprietários das fazendas esquivavam-se da responsabilidade, afirmando desconhecer os fatos, já que haviam transferido a execução dos trabalhos a gerentes ou empreiteiros.⁸⁶ Conforme veremos, desde a carta de Casaldáliga, a situação dos trabalhadores, dos empreiteiros e dos proprietários pouco mudou.

⁸² ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo Rural no Brasil*. 1. ed. Brasília: OIT, 2011. p. 151-152.

⁸³ SILVA, José Carlos Aragão. *Ser Livre e Ser Escravo: memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais (1990-2008)*. 2009. 175 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2009. p. 65.

⁸⁴ CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio*. Carta Pastoral. São Félix do Araguaia, 1971. p. 19. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

⁸⁵ Ibidem, p. 19-20.

⁸⁶ Ibidem, p. 20.

2.1 ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

O ciclo da escravidão inicia-se com o aliciamento dos trabalhadores em regiões distantes do local da prestação de serviços pelos chamados “gatos” – falsos empreiteiros utilizados pelos proprietários de terra para reduzir os custos de produção e se eximir de responsabilidades penais e trabalhistas.⁸⁷ Quase tão miseráveis quanto os próprios trabalhadores por eles aliciados,⁸⁸ muitos “gatos” andam armados e são acusados de vários crimes, inclusive homicídio – sendo os mais violentos considerados os mais eficientes.⁸⁹

Esse recrutamento em cidades longínquas favorece a fixação dos trabalhadores nos municípios com grande carência de mão de obra: primeiro porque passam imediatamente a dever ao “gato” os valores despendidos com transporte e a alimentação até a chegada ao local de trabalho; segundo se tornam mais vulneráveis quando retirados de sua terra natal, já que não possuem vínculos com comunidades locais ou com entidades sindicais; terceiro porque não têm condições de arcar com os altos custos da viagem de volta.⁹⁰

Em princípio os “gatos” mostram-se amigáveis e oferecem boas oportunidades de trabalho, geralmente com um preço por hectare (acima da média local), além de transporte, alimentação e moradia. Oferecem, ainda, um adiantamento em dinheiro suficiente para suprir as necessidades das famílias dos trabalhadores até que recebam o salário.⁹¹ O transporte dos trabalhadores é realizado de forma precária, por empresas clandestinas que evitam rodovias fiscalizadas. Esconde-se dos trabalhadores o local de destino, chegando preferencialmente à noite e algumas vezes oferecendo bebidas para desviar a atenção.⁹²

Ao chegarem à fazenda os trabalhadores são surpreendidos com uma realidade totalmente diferente daquela prometida pelo “gato”. O valor do adiantamento deixado com a família e a despesa com o transporte foi anotado em um “caderninho”, que fica

⁸⁷ SILVA, Marcello Ribeiro. *Trabalho Análogo ao de Escravo Rural no Brasil do século XXI: novos contornos de um antigo problema*. 2010. 280 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Direito. Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2010. p. 130.

⁸⁸ SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. *Trabalho escravo no Brasil na atualidade*. São Paulo: LTR, 2000. p. 54.

⁸⁹ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 17.

⁹⁰ SILVA, op. cit., loc cit.

⁹¹ SUTTON, Alison. *Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 35-36.

⁹² AUDI, Patrícia. *A escravidão não abolida*, 2006. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=25726>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

de posse do “gato”. Além disso, são somadas à dívida do obreiro as despesas realizadas com alojamento, alimentação, instrumentos de trabalho e de proteção individual.⁹³

Tudo deve ser adquirido na própria fazenda, no sistema conhecido como “barracão” ou *truck system*, no qual a mercadoria utilizada pelos trabalhadores é anotada no “caderninho”, mas somente anota-se a quantidade adquirida, não os preços, já que esses (sempre superiores ao valor de mercado) somente serão apresentados ao final, no momento do “acerto”, quando, na maioria das vezes, o obreiro descobre que sua dívida aumentou.⁹⁴

Vale lembrar que o *truck system* é vedado pelo ordenamento jurídico pátrio (art. 462, §§ 2º e 3º, da CLT),⁹⁵ sendo certo, ainda, que tais procedimentos ferem os princípios da personalidade, da intangibilidade e da irredutibilidade do salário (arts. 464 e 462, *caput*, da CLT e art. 7º, VI, da CF/88)⁹⁶ e a determinação do pagamento do salário em moeda corrente do país (art. 463 da CLT).⁹⁷ Além disso, o aliciamento de trabalhadores com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional constitui crime punível com pena de detenção de um a três anos e multa, conforme previsto no art. 207, *caput*, do Código Penal,⁹⁸ incorrendo na mesma pena aquele que não assegurar condições do retorno do trabalhador ao local de origem (art. 207, § 1º).

Os trabalhadores que pretendem ir embora descobrem, então, que sua dívida com o “gato” é superior ao seu crédito, ficando impedidos de deixar a fazenda pelo próprio sentimento de honra e lealdade, já que humildemente acreditam que são realmente devedores e, portanto, devem trabalhar até que a “dívida” esteja integralmente paga, uma vez que a fuga representaria um roubo.⁹⁹

Quando terminam o serviço para o qual foram contratados (após meses ou até anos de trabalho árduo) os obreiros são abandonados nas cidades mais próximas, com pouco ou nenhum dinheiro, desmoralizados, desumanizados, muitos sem qualquer contato

⁹³ SAKAMOTO, Leonardo (Coord.). *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*. Brasil: OIT, 2007. p. 22.

⁹⁴ FÁVERO FILHO, Nicanor. Trabalho Escravo: vilipêndio à dignidade humana. In: PIOVESAN, Flávia; CARVALHO, Luciana Paula Vaz de (Coord.). *Direitos Humanos e Direito do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 262.

⁹⁵ BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. art. 462. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

⁹⁶ _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015

⁹⁷ SANTOS, Ronaldo Lima dos. A escravidão por dívidas nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, ano 13, n. 26, p. 47-66, set. 2003. p. 59.

⁹⁸ _____. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

⁹⁹ FÁVERO FILHO, op. cit., p. 263.

com o local de origem ou com a família.¹⁰⁰ Na tentativa de ganhar dinheiro e voltar para casa, se possível com algum excedente que justifique o tempo passado longe, os trabalhadores permanecem na região, acolhidos em pequenas pensões conhecidas como “hotéis peoneiros”, onde assumem novas dívidas, que será paga por um novo “gato”, reiniciando-se o ciclo de exploração. Surgem, assim, os “peões de trecho”.¹⁰¹

Segundo Ricardo Rezende Figueira, o termo “peão de trecho” refere-se ao:

Trabalhador fora de seu lugar de origem, desligado das antigas relações familiares sem construir novas, trabalha sucessivamente em fazendas atrelado a um ou a diversos empreiteiros. Entre uma empreita e outra cria débitos em pensões e cabarés, mantendo-se preso à rede de endividamento e ao trabalho coercitivo. Em geral é analfabeto, sem qualificação profissional e tem problemas de alcoolismo, é também chamado de peão rodado.¹⁰²

Figueira descreve o relato de Doca, aliciado em Porto Alegre/MT aos 16 de idade. Doca conta que inicialmente o “gato” parecia um benfeitor, mas “quando atravessou o rio, o homem virou uma fera com todo mundo, deu uma de gato mesmo”, o trabalho não era o combinado, viu vários “peões” serem espancados, os que tentavam fugir eram amarrados, encontrou três cadáveres. Quando os colegas resolveram fugir, falou – “Não vou fugir não. Fugir é pior”.¹⁰³

Enquanto a nova oportunidade não surge, acumulam dívidas junto às pensões. O trabalhador entra, então, em um círculo vicioso que o leva do trabalho árduo nas fazendas ao “hotel peoneiro” e de lá para outra fazenda,¹⁰⁴ ou, nas palavras de Ricardo Rezende Figueira: “submetidos à rede do endividamento progressivo, cativos da dívida, e às vezes do álcool, já submetidos ao isolamento afetivo, econômico e geográfico, entram em um ciclo cujo fim pode ser trágico, de negação à vida”.¹⁰⁵

¹⁰⁰ MARANHÃO COSTA, Patrícia Trindade. *Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil*. 1. ed. Brasília: OIT, 2010. p. 106.

¹⁰¹ SILVA, Marcello Ribeiro. *Trabalho Análogo ao de Escravo Rural no Brasil do século XXI: novos contornos de um antigo problema*. 2010. 280 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Direito. Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2010. p. 127.

¹⁰² FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 18.

¹⁰³ Ibidem, p. 175-176.

¹⁰⁴ SILVA, op. cit., p. 128.

¹⁰⁵ FIGUEIRA, op. cit., p. 291.

2.2 TRABALHO ESCRAVO NA ATIVIDADE PECUÁRIA

A pecuária é atualmente a atividade rural com maior incidência de trabalho escravo no Brasil. Conforme estatísticas produzidas pela Comissão Pastoral da Terra, entre os anos de 2003 e 2013 foram identificados 2.642 casos de trabalho escravo, envolvendo 66.468 trabalhadores, sendo 53% dos casos (1.397) e 36% dos trabalhadores (23.599) ligados à pecuária,¹⁰⁶ especialmente em atividades relacionadas com a derrubada de árvores para abertura de pastagem e a retirada de plantas indesejáveis, tais como ervas daninha.

O trabalho é realizado, em regra, sem fornecimento de qualquer Equipamento Individual de Proteção (EPI), o que inúmeras vezes ocasiona intoxicação por herbicida ou até a perda de membros, em razão de acidentes, como aconteceu com Luís – libertado de uma fazenda no sul do Pará em fevereiro de 2004 – Luís perdeu um dedo da mão enquanto transformava árvores em tábuas. Segundo relato do trabalhador, em razão do acidente, os “patrões” apenas lhe deram duas caixas de comprimidos e o “mandaram embora”.¹⁰⁷

A modalidade de alojamento dos trabalhadores depende do tipo de serviço para o qual foram contratados. No caso da derrubada de floresta nativa para abertura de pastagem, devido às grandes distâncias, a solução mais encontrada são barracas de lona ou de folhas de palmeira,¹⁰⁸ já que a construção de alojamentos ou o transporte dos trabalhadores aumentaria o custo para o proprietário da fazenda.

Os trabalhadores permanecem, então, expostos à chuva, a picadas de animais peçonhentos, e a doenças transmissíveis por insetos.¹⁰⁹ Pedro, 13 anos – resgatado no ano de 2003 em uma fazenda no sudeste do Pará – transformava árvores nativas em cerca para o gado, o adolescente, que dormia sob uma tenda de lona, afirmou aos fiscais que perdeu as contas de quantas vezes passou frio, molhado com a chuva.

Carlos, 62 anos – libertado de uma fazenda de gado em Eldorado dos Carajás em 2001 – foi encontrado desnutrido, contou que havia finalizado o trabalho há quase

¹⁰⁶ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Síntese Estatística do Trabalho Escravo 2013*. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/attachments/article/2258/S%C3%ADntese%20estat%C3%ADstica%20do%20TE%202013%20-%20ATUALIZADA%20em%2023.06.2014.pdf>> Acesso em: 5 abr. 2015.

¹⁰⁷ SAKAMOTO, Leonardo (Coord.). *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*. Brasil: OIT, 2007. p. 29.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ FÁVERO FILHO, Nicanor. Trabalho Escravo: vilipêndio à dignidade humana. In: PIOVESAN, Flávia; CARVALHO, Luciana Paula Vaz de (Coord.). *Direitos Humanos e Direito do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 262.

um mês, mas não recebia pagamento há três e que fora avisado pelo “gato” que quando recebesse o pagamento as refeições feitas durante esse tempo parado seriam descontadas.¹¹⁰

Mateus, natural do Piauí, libertado de uma fazenda no sudeste do Pará, narra que a água que ele e os outros trabalhadores usavam para beber, lavar roupa e tomar banho parecia suco de abacaxi, de tão suja, grossa e cheia de bichos. Foi agredido com uma faca por reclamar da água. Defendeu-se com a mão, perdeu a sensibilidade e o movimento de um dos dedos.¹¹¹

Alguns fazendeiros, na tentativa de burlar a fiscalização, constroem excelentes alojamentos de alvenaria; alguns, inclusive, providos de eletrodomésticos, mas que servem apenas para serem mostrados aos Fiscais, enquanto os trabalhadores escravizados permanecem escondidos até que aqueles deixem a propriedade.¹¹²

A Organização Internacional do Trabalho, em estudo realizado no ano de 2011, denominado “Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo Rural no Brasil”, entrevistou 121 trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão e verificou o que esses trabalhadores entendem por trabalho escravo.¹¹³ Segundo os trabalhadores, os seguintes elementos foram destacados como caracterizadores do trabalho escravo, observando-se que a resposta à questão podia ser múltipla, ou seja, os percentuais correspondem à proporção de trabalhadores que indicou cada elemento.¹¹⁴

1º - (38,8%) Ausência de remuneração ou pagamento insuficiente; 2º - (36,3%) Maus tratos e a humilhação dos trabalhadores; 3º - (36,3%) Jornada exaustiva; 4º - (28,9%) Condições precárias de trabalho; 5º - (24,7%) Privação da liberdade; 6º - (4,1%) Ausência de carteira assinada.¹¹⁵

Ou, nas palavras dos próprios trabalhadores:

Quando a gente trabalha sem tirar lucro e botou força, trabalhou e o dono do serviço não quer pagar. Na cidade da gente eles falam uma coisa e depois é outra. Nunca é do jeito que eles falam.

De primeiro [a escravidão] era quando trabalhava apanhando. Hoje quando trabalha humilhado.

¹¹⁰ SAKAMOTO, Leonardo (Coord.). *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*. Brasil: OIT, 2007. p. 27-29.

¹¹¹ Ibidem, p. 30.

¹¹² Ibidem, p. 28.

¹¹³ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo Rural no Brasil*. 1. ed. Brasília: OIT, 2011. p. 18.

¹¹⁴ Ibidem, p. 28.

¹¹⁵ Ibidem, p. 27-28.

Acho que [o trabalho escravo] é sofrimento que a pessoa passa no serviço humilhado e agredido. Receber grito direto, ser tratado que nem cachorro.

Quando a gente não se sente como humano.

Não dá tempo de folga, nem para beber água. Trabalhar só pra comer, não receber dinheiro, comer uma comida, ruim, tipo escravizado mesmo, como o que estamos vivendo aqui.

Quando sofre humilhação e a alimentação não é boa.

Estar trabalhando no lugar, não poder falar, não poder sair, não poder se comunicar com a família.

Você tá trabalhando e uma pessoa tá com uma arma. Você quer parar pra descansar e ele fica avexando pra trabalhar. Aí eu acho que é.

Ser ameaçado. Se quer sair, o cara dizer que vai matar.

É a pessoa que trabalha e nunca tem um saldo bom. É só devendo.

É o peão [que] não consegue ir embora porque está devendo.

O estudo demonstra, então, que os elementos destacados pelos trabalhadores rurais resgatados se coadunam com a definição legal e jurisprudencial de trabalho escravo, revelando que é a necessidade, e não a ignorância, a principal causa de submissão dos trabalhadores a condições análogas às de escravos.

2.3 LISTA SUJA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

O Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, também conhecido como “lista suja” – instituído pela Portaria/MTE nº 540/2004 – surgiu para dar concretude a uma das setenta e seis medidas constantes do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo,¹¹⁶ “inserir cláusulas contratuais impeditivas para obtenção e manutenção de crédito rural e de incentivos fiscais nos contratos das agências de financiamento, quando comprovada a existência de trabalho escravo ou degradante”.¹¹⁷

As portarias nº 540/2004¹¹⁸ e 2/2011¹¹⁹ do MTE preveem a atualização semestral do Cadastro e seu encaminhamento a treze órgãos e entidades: Ministério do Meio

¹¹⁶ SILVA, Marcello Ribeiro. *Trabalho Análogo ao de Escravo Rural no Brasil do século XXI: novos contornos de um antigo problema*. 2010. 280 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Direito. Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2010. p. 172.

¹¹⁷ BRASIL. Presidência da República do Brasil. *Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo*. Brasília: OIT, 2003.

¹¹⁸ _____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Portaria Nº 540*, de 15 de outubro de 2004. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF2B6EE26648F/p_20041015_540.pdf> Acesso em: 8 abr. 2015. e Portaria Interministerial n.º 2, de 12 de maio de 2011.

Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional e da Fazenda; Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Banco Central do Brasil; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Banco da Amazônia e Banco Nordeste (arts. 1º e 3º).

Determinam, ainda, que a inclusão do nome dos infratores no Cadastro deva se dar “após decisão administrativa final relativa ao auto de infração lavrado em decorrência de ação fiscal em que tenha havido a identificação de trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo” e a exclusão depois de decorridos dois anos, desde que não haja reincidência e após a quitação dos débitos trabalhistas e previdenciários e do pagamento das multas resultantes da ação fiscal (arts. 2º e 4º).

Embora as Portarias não impliquem em punições aos infratores, o cadastramento e divulgação de seus nomes tem se revelado de fundamental importância no combate ao trabalho escravo contemporâneo, já que possibilita a identificação dos exploradores pelos diversos atores comprometidos com a erradicação do trabalho escravo, tais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco Nordeste, que deixam de conceder créditos ou outros benefícios financeiros àquelas pessoas, físicas ou jurídicas, incluídas no Cadastro.¹²⁰

O Cadastro possibilitou, ainda, a identificação do trabalho escravo em diversas cadeias produtivas, dentre elas a pecuária bovina, a cana-de-açúcar e o carvão vegetal e a promoção de reuniões com as empresas que faziam parte das cadeias produtivas identificadas, conscientizando-as acerca do trabalho escravo e convidando-as a barrar os produtos de fornecedores que utilizaram essa forma de exploração.¹²¹ As reuniões deram origem ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo – compromisso voluntário que já foi assinado por mais de 350 empresas, associações comerciais e entidades da sociedade civil,¹²² que, somadas, possuem faturamento superior a 20% do PIB brasileiro.¹²³

¹¹⁹ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Portaria Interministerial Nº 2*, de 12 de maio de 2011.

Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FFA7DD87E4E75/p_20110512_2.pdf> Acesso em: 8 abr. 2015

¹²⁰ MARANHÃO COSTA, Patrícia Trindade. *Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil*. 1. ed. Brasília: OIT, 2010. p. 149.

¹²¹ REPÓRTER BRASIL. *Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil*, [entre 2007 e 2014]. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/pacto/conteudo/view/4>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

¹²² _____. *Signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo*, [2013 ou 2014]. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/pacto/signatarios>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

O Pacto é composto por dez compromissos, dentre os quais se destacam: a) regularização das relações de trabalho, o que implica na: formalização das relações de emprego pelos produtores e fornecedores, cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias; e ações preventivas referentes à saúde e a segurança dos trabalhadores; b) imposição de restrições comerciais às pessoas físicas ou jurídicas que se utilizem de condições degradantes de trabalho associadas a práticas que caracterizam escravidão; c) apoio a ações de reintegração social e produtiva dos trabalhadores que ainda se encontrem em relações de trabalho degradantes ou indignas; d) apoio a ações que promovam o treinamento e aperfeiçoamento profissional de trabalhadores libertados.¹²⁴

O referido cadastro tem demonstrado, ainda, que, em sua maioria, quem escraviza no Brasil não são pequenos proprietários sem acesso à informação, mas empresários com grande influência política e econômica. Um deles, Inocêncio Oliveira, médico, deputado federal por Pernambuco há dez mandatos consecutivos, ex-presidente Câmara dos Deputados do Brasil¹²⁵ – condenado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região por manter trabalhadores em condição análoga à de escravo na fazenda Caraíbas, no município de Gonçalves Dias/MA.¹²⁶

Na delegacia Regional do Trabalho, 25 trabalhadores afirmaram terem trabalhado na fazenda por um mês e meio e recebido cada um, em média, R\$20 por todo o período; eram obrigados a pagar pelos instrumentos de trabalho e não tiveram suas carteiras de trabalho assinadas. Os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego constataram o trabalho em condições degradantes, os trabalhadores viviam em barracos precários e a água para consumo estava armazenada em um recipiente plástico com advertência de que a embalagem não deveria ser reutilizada.¹²⁷

Jairo Andrade, outro acusado, foi o primeiro tesoureiro nacional da União Democrática Ruralista e possuía mais de cem mil cabeças, além de ser dirigente de empresas

¹²³ REPÓRTER BRASIL. *Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/pacto/conteudo/view/4>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

¹²⁴ PACTO Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. Brasília, 2005. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/pacto_erradicacao_trabalho_escravo.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2015.

¹²⁵ WIKIPÉDIA. *Inocêncio de Oliveira*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Inoc%C3%A2ncio_de_Oliveira>. Acesso em: 8 abr. 2015.

¹²⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (16ª região). Recurso Ordinário nº 0061100-86.2002.5.16.0010. Relatora: Desembargador Américo Bedê Freire. São Luís, 22 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.trt16.jus.br/site/conteudo/jurisprudencia/inteiroTeor.php>>. Acesso em: 8 abr. 2015

¹²⁷ REZENDE, Ricardo. *O trabalho escravo contemporâneo por dívida: como se manifestam os acusados?*. 2002. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/documentos/art_1.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2015. p. 5.

em áreas urbanas. Na campanha presidencial de 1998, subiu no palanque com o ex-presidente Fernando Collor de Melo.¹²⁸ Benedito Mutran Filho, proprietário da fazenda Espírito Santo (caso José Pereira), ex Deputado Estadual, não foi denunciado pelo crime (denúncia formulada apenas contra quatro gatos e o administrador da fazenda), o Procurador Almerindo Trindade justificou a exclusão do proprietário da denúncia afirmando que ele havia colocado “sua propriedade à disposição da autoridade policial para averiguação de suas alegações. Essa averiguação não foi possível, por falta de verba para o deslocamento dos policiais”.¹²⁹

Mutran foi denunciado por diversas vezes e por diversos crimes, além de redução à condição análoga: abuso sexual, inclusive contra de idosos e crianças; homicídios de posseiros, dentre eles mulheres grávidas (na qualidade de mandante) e homicídio de um Fiscal da Secretaria da Fazenda. Acabou condenado, mas não por qualquer crime cometido contra os “peões” e contra pessoas humildes, apenas pelo homicídio do Fiscal do Ministério da Fazenda, membro da Maçonaria de Marabá.¹³⁰

2.4 CONSTITUCIONALIDADE/LEGALIDADE DA LISTA SUJA

Infelizmente, no dia 23 de dezembro de 2014 o combate ao trabalho escravo no Brasil sofreu grande baque, um retrocesso na batalha contra a exploração e morte de trabalhadores. Trata-se da decisão liminar proferida pelo atual presidente do Supremo Tribunal, Ministro Ricardo Lewandowski, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.209 – proposta pela Associação Brasileira de Incorporadas Imobiliárias (ABRAINC) – que suspendeu a eficácia das Portarias nº 540/2004 e 2/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, referentes ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, *in verbis*:

A Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2/2011 foi editada no exercício da competência do inciso II, do art. 87, da Constituição da República, o qual permite ao Ministro de Estado expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.

Ocorre que, para a expedição de tais atos, faz-se necessária a preexistência de uma lei formal apta a estabelecer os limites de exercício do poder regulamentar, pois este não legitima o Poder Executivo a editar atos primários, segundo afirma assente jurisprudência desta Corte Suprema.

¹²⁸ REZENDE, Ricardo. *O trabalho escravo contemporâneo por dívida: como se manifestam os acusados?*. 2002. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/documentos/art_1.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2015. p. 5.

¹²⁹ Ibidem, p. 10-11.

¹³⁰ Idem.

No caso em apreço, embora se mostre louvável a intenção em criar o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, verifico a inexistência de lei formal que respalde a edição da Portaria 2/2011 pelos Ministros de Estado, mesmo porque o ato impugnado fez constar em seu bojo o intuito de regulamentar o artigo 186 da Carta Constitucional, que trata da função social da propriedade rural.

Configurada, portanto, a edição de ato normativo estranho às atribuições conferidas pelo artigo 87, inciso II, da Carta Constitucional, o princípio constitucional da reserva de lei impõe, ainda, para a disciplina de determinadas matérias, a edição de lei formal, não cabendo aos Ministros de Estado atuar como legisladores primários e regulamentar norma constitucional.

Observe-se que por força da Portaria 2/2011 – e da anterior Portaria 540/2004 – é possível imputar aos inscritos no Cadastro de Empregadores, criado por ato normativo administrativo, o cometimento do crime previsto no artigo 149 do Código Penal, além da imposição de restrições financeiras que diretamente afetam o desenvolvimento das empresas.

Embora a edição dos atos normativos impugnados vise ao combate da submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo, diga-se, no meio rural, a finalidade institucional dos Ministérios envolvidos não pode se sobrepor à soberania da Constituição Federal na atribuição de competências e na exigência de lei formal para disciplinar determinadas matérias.

[...]

Há outro aspecto importante a ser observado em relação a tal Portaria Interministerial: a aparente não observância do devido processo legal.

Isso porque a inclusão do nome do suposto infrator das normas de proteção ao trabalho ocorre após decisão administrativa final, em situações constatadas em decorrência da ação fiscal e que tenha havido a identificação de trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo. Ou seja, essa identificação é feita de forma unilateral sem que haja um processo administrativo em que seja assegurado contraditório e a ampla defesa ao sujeito fiscalizado.

Assim, considerando a relevância dos fundamentos deduzidos na inicial e a proximidade da atualização do Cadastro de Empregadores que submetem trabalhadores a condição análoga à de escravo, tudo recomenda, neste momento, a suspensão liminar dos efeitos da Portaria 2/2011 e da Portaria 540/2004, sem prejuízo da continuidade das fiscalizações efetuadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Isso posto, defiro, *ad referendum* do Plenário, o pedido de medida liminar formulado na inicial, para suspender a eficácia da Portaria Interministerial MTE/SDH n° 2, de 12 de maio de 2011 e da Portaria MTE n° 540, de 19 de outubro de 2004, até o julgamento definitivo desta ação.¹³¹

¹³¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.209 Distrito Federal. Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 23.12.2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4693021>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

Na decisão, entendeu o Excelentíssimo Ministro que as Portarias do MTE nº 540/2004 e 2/2001 padecem de vício de constitucionalidade, porquanto editadas sem amparo no ordenamento jurídico, especialmente porque teriam o intuito de regulamentar o artigo 186 da CF/88, de modo que se faria necessária preexistência de lei formal. Com as devidas vênias, discorda-se do referido entendimento.

Ora, o artigo 1º da Constituição Federal de 1988¹³² elencou a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa dentre os cinco fundamentos da República Federativa do Brasil, a qual se constitui em Estado Democrático de Direito. O Título IV da CF/88, que dispõe acerca da Ordem Econômica e Financeira – e que, portanto, deveria nortear as condutas de todo e qualquer empregador¹³³ – já no *caput* de seu primeiro artigo (art. 170), afirma que “a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e da livre iniciativa” e “tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social”; observado, dentre outros, o a função social da propriedade (inciso III).

O artigo 186, por sua vez, assevera que a função social da propriedade rural somente é cumprida quando atende, simultaneamente, os seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Observamos que, ao menos quanto ao inciso terceiro, a lei regulamentadora já existe, é a própria CLT, acompanhada da legislação complementar. Ademais disso, o art. 5º, § 1º, da CF/88, expressa que “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”, de modo que as Portarias apenas viabilizam o cumprimento de direitos garantidos pelo texto constitucional.¹³⁴

O Brasil é, ainda, signatário de diversas Convenções Internacionais, as quais, consoante entendimento majoritário, vigem com força de lei ordinária,¹³⁵ dentre elas: a Convenção nº 105 da OIT, na qual o Estado se comprometeu a “**adotar medidas eficazes**, no

¹³² BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

¹³³ CHAGAS, Daniel de Matos Sampaio. O Ministério do Trabalho e Emprego e os subsídios para defesa judicial da União nas ações relativas ao cadastro de empregadores do trabalho escravo. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Possibilidades jurídicas de combate à escravidão contemporânea*. Brasília: OIT, 2007. p. 18.

¹³⁴ VIANA, Marco Túlio. Trabalho escravo e lista suja: um modo original de se remover uma mancha. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 44, n.74, p. 189-215, jul/dez. 2006. p. 205-206.

¹³⁵ CHAGAS, op. cit., p. 19.

sentido da **abolição imediata e completa do trabalho forçado ou obrigatório**” (art. 2º); e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura,¹³⁶ comprometendo-se a tomar “todas as medidas, **legislativas e de outra natureza**, que sejam viáveis e necessárias, para obter progressivamente e logo que possível a abolição completa [...] da servidão por dívidas” (art. 1º). (grifo nosso)

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica),¹³⁷ a qual, segundo o próprio Supremo Tribunal Federal, possui *status* supra legal, estabelece:

Artigo 1. Obrigação de respeitar os direitos

1. Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

Artigo 2. Dever de adotar disposições de direito interno

Se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados Partes **comprometem-se a adotar**, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, **as medidas legislativas ou de outra natureza** que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades.

Artigo 6. Proibição da escravidão e da servidão

1. **Ninguém pode ser submetido a escravidão ou a servidão**, e tanto estas como o tráfico de escravos e o tráfico de mulheres são proibidos em todas as suas formas.

2. **Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório** (art. 6º). (grifo nosso)

Observa-se que todas as Convenções citadas preveem a adoção de medidas “legislativas ou de outra natureza” no sentido da abolição completa das diversas formas de trabalho escravo contemporâneo, ou seja, a “obrigação de adotar medidas não se circunscreve à mera edição de leis ou regulamentos”. Nesse sentido, a melhor interpretação parece ser

¹³⁶ BRASIL. *Decreto nº 58.563, de 1º de junho de 1966*. Promulga e Convenção sobre Escravatura de 1926 emendada pelo Protocolo de 1953 e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura de 1956. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58563-1-junho-1966-399220-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

¹³⁷ _____. *Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992*. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015

aquela em que o “Estado poderá, respeitados os direitos e garantias fundamentais, bem como as limitações formais e materiais do ato administrativo, editar atos e realizar ações executivas específicas que sejam preconizadas como eficazes para o enfrentamento do problema”, tais como aquelas instituídas pelas Portarias MTE nº 540/2004 e 2/2001.¹³⁸

Em segundo plano, entendeu o Exmo. Ministro pela “aparente” inobservância do devido processo legal, uma vez que não seriam assegurados o contraditório e a ampla defesa aos sujeitos fiscalizados. Novamente ousamos discordar.

Conforme se depreende do próprio texto das portarias em análise, a inclusão do nome do infrator no Cadastro “ocorrerá após decisão administrativa final relativa ao auto de infração, lavrado em decorrência de ação fiscal, em que tenha havido a identificação de trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo” (art. 2º). Ressalta-se que os procedimentos para inclusão e exclusão de nomes do cadastro de empregadores são acompanhados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por intermédio da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.¹³⁹

Ora, uma vez encerrado o processo administrativo – decisão administrativa final não mais sujeita a recurso – no qual a parte autuada pôde exercitar livremente o contraditório e a ampla defesa, é direito de toda a sociedade conhecer os fatos apurados, especialmente o nome do infrator,¹⁴⁰ e boicotar, caso queira, todas as mercadorias produzidas com a exploração do trabalho. O entendimento ora exposto, bem como a constitucionalidade/legalidade do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo encontra supedâneo em diversas decisões judiciais, *in verbis*:

PORTARIA Nº 540/2004 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. CADASTRO DE EMPREGADORES QUE TENHAM MANTIDO TRABALHADORES EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS ÀS DE ESCRAVO. A Portaria nº 540/2004 foi editada tendo em vista o disposto nos incisos III e IV do art. 186 da CF/88, segundo os quais a função social da propriedade rural é cumprida quando atendidos os seguintes requisitos, entre outros: a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar

¹³⁸ CHAGAS, Daniel de Matos Sampaio. O Ministério do Trabalho e Emprego e os subsídios para defesa judicial da União nas ações relativas ao cadastro de empregadores do trabalho escravo. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Possibilidades jurídicas de combate à escravidão contemporânea*. Brasília: OIT, 2007. p. 20.

¹³⁹ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Portaria Interministerial n.º 2*, de 12 de maio de 2011 (Art. 3º, § 2º). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FFA7DD87E4E75/p_20110512_2.pdf> Acesso em: 8 abr.

¹⁴⁰ CHAGAS, op. cit., p. 23.

dos proprietários e dos trabalhadores. O ato administrativo que incluiu o nome do autor no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas às de escravo goza de presunção de legitimidade e de veracidade, inserindo-se em esfera distinta da penal que, por sua vez, visa a detectar o cometimento de delito e a imputar pena privativa ou restritiva de liberdade, ou prestação de serviços à comunidade. Vale dizer, o poder de polícia judiciária (direito penal) incide sobre a pessoa do administrado, enquanto o poder de polícia administrativa incide sobre seus bens, direitos ou atividades, sendo, portanto, independentes. A consequência da inclusão do nome do autor no cadastro de que trata a Portaria nº 540/2004 não objetivou qualquer consequência em relação à sua pessoa, mas apenas limitou o exercício de direito individual em benefício do interesse público, porquanto constatada, pela equipe móvel do Ministério do Trabalho, a manutenção de trabalhadores laborando em condições análogas à de escravo. Daí porque a inserção do nome do autor no referido cadastro, sem a existência de precedente ação penal condenatória não implica malferimento aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da presunção de inocência.¹⁴¹ (grifo nosso)

PORTARIA 540/2004, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. CONSTITUCIONALIDADE. A portaria em tela apenas cuida da criação do cadastro de empregadores autuados administrativamente pela utilização de trabalhadores em condição análoga à de escravo; bem como das condições de inclusão e exclusão de nomes nele. **Nada versa sobre a imposição de penalidades ou restrições aos que vierem a integrar este cadastro, razão pela qual não haveria mesmo de se exigir um processo administrativo ou judicial prévios como pré-condição para nomes sejam incluídos neste cadastro.** Se restrições administrativas decorrem deste cadastro, elas não defluem, de forma direta, do texto da referida portaria. Outrossim, os incluídos neste cadastro não estão cerceados em sua oportunidade de buscar rever tal decisão, seja pela via administrativa (ante o direito de petição que pode ser exercido livremente por ele - CF, artigo 5º, XXXIV, a), seja pela via judicial (dada a inafastabilidade do controle jurisdicional - CF, artigo XXXV). **A distinção entre as esferas penal e administrativa permite, de outra parte, que medidas desta natureza sejam adotadas ainda que não tenha pesado sobre os autores condenação criminal transitada em julgado que reconheça a redução de trabalhadores à condição análoga à de escravo.** De outra parte, precisamente porque as penalidades administrativas não sofrem as mesmas restrições da norma penal é que os termos da Portaria 504/2004/MTb aplicam-se inclusive às hipóteses em que o ato fiscalizador da autoridade administrativa ocorreu antes de sua edição. Mesmo porque a própria ordem constitucional vigente desde outubro de 1988 já outorgaria, em si, pleno amparo às medidas de regramento administrativo interno destinadas à documentação de uma violação tão grave nas relações de trabalho.¹⁴² (grifo nosso)

¹⁴¹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (10ª região). Recurso Ordinário nº 01781-2013-004-10-00-3. 1ª Turma. Relatora: Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães. Brasília, 26 de março de 2014. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/116014396/recurso-ordinario-ro-1781201300410003-df-01781-2013-004-10-00-3-ro/inteiro-teor-116014406>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁴² _____. Tribunal Regional do Trabalho (10ª região). Recurso Ordinário nº 00099-2009-019-10-00-6. 3ª Turma. Relatora: Juíza Cilene Ferreira Amaro Santos. Brasília, 20 de outubro de 2009. Disponível em:

PORTARIA 540/2004, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. CONSTITUCIONALIDADE. A portaria em tela apenas cuida da criação do cadastro de empregadores autuados administrativamente pela utilização de trabalhadores em condição análoga à de escravo; bem como das condições de inclusão e exclusão de nomes nele. **Nada versa sobre a imposição de penalidades ou restrições aos que vierem a integrar este cadastro, razão pela qual não haveria mesmo que se exigir um processo administrativo ou judicial prévios como pré-condição para que nomes sejam incluídos neste cadastro.** Se restrições administrativas decorrem deste cadastro, elas não defluem, de forma direta, do texto da referida portaria. Outrossim, os incluídos neste cadastro não estão cerceados em sua oportunidade de buscar rever tal decisão, seja pela via administrativa (ante o direito de petição que pode ser exercido livremente por ele - CF, art. 5º, XXXIV, a), seja pela via judicial (dada a inafastabilidade do controle jurisdicional - CF, art. XXXV). Outrossim, esta portaria, por somente organizar os registros e a documentação de dados obtidos na atividade já legalmente incumbida ao Ministério do Trabalho e Emprego (a fiscalização e repressão administrativas das eventuais irregularidades havidas nas relações de trabalho) acha suficiente amparo no ordenamento jurídico. **Mesmo a ordem constitucional já outorgaria, em si, pleno amparo às medidas de regramento administrativo interno destinadas à documentação de uma violação tão grave nas relações de trabalho, a saber, o estabelecimento da dignidade da pessoa humana e da valorização social do trabalho como princípios fundamentais de toda o ordenamento jurídico (CF, art. 1º, III e IV), aliados ao comando constitucional para que a propriedade observe sua função social, função esta que, em se cuidando da propriedade rural, está também vinculada, por expressa norma da Carta Federal, à observância do regramento relativo às relações de trabalho e ao bem-estar do trabalhador (arts. 170, III e 186, III e IV).** Recurso ordinário da autora conhecido e desprovido (Juiz Paulo Henrique Blair).¹⁴³ (grifo nosso)

Antes de proceder à análise da Portaria que o autor inquina de violadora dos princípios constitucionais da legalidade e da publicidade, há que se ressaltar que a CF/88 representou um marco na redemocratização do Brasil, a ponto de ter, em seu preâmbulo, destacado que objetivava instituir um Estado Democrático de Direito, noção indissociavelmente relacionada à realização dos direitos fundamentais, destacando-se, dentre eles, o da cidadania e o da dignidade da pessoa humana.

Cabe salientar, também, que, pela Emenda Constitucional n. 45/04, passou a constar do § 3º do artigo 5º da CF/88 que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, especificamente, *in casuas* Convenções 29 e 105 da OIT e o Pacto de San Jose da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1992), aprovados pelo

<<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8779921/recurso-ordinario-ro-99200901910006-df-00099-2009-019-10-00-6/inteiro-teor-13857861>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁴³ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (10ª região). Recurso Ordinário nº 01260-2005-001-10-00-7. 1ª Turma. Relatora: Desembargadora Elaine Machado Vasconcelos. Brasília, 28 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8742603/recurso-ordinario-ro-1260200500110007-df-01260-2005-001-10-00-7/inteiro-teor-13810405>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

Congresso, são equivalentes às emendas constitucionais, ressaltando-se que todos eles vedam a escravidão e a servidão em todas as suas formas.

Ora, é cediço que reduzir alguém à condição análoga à de escravo fere os direitos fundamentais acima referidos, de tal sorte que o Poder Público, em suas diferentes esferas, tem o dever de adotar todas as medidas necessárias para coibir tal prática.

O Judiciário o faz através do julgamento dos processos que são ajuizados pelas partes. O Legislativo, pela criação de diplomas legais. Já o Executivo deve agir no exercício de seu poder de polícia, fiscalizando, adotando medidas administrativas e editando atos administrativos, como as portarias.

No caso concreto, ao editar a Portaria n. 540/04, o Ministério do Trabalho e Emprego nada mais fez do que, dentro de sua competência, buscar dar cumprimento à Constituição Federal, precisamente ao disposto no § 1º do art. 5º, que impõe a todos os poderes públicos o dever de “maximizar a eficácia dos direitos fundamentais”, objetivando dar efetividade ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.” - fls. 811-812. (grifo nosso)

O apelo não merece prosperar. Ao contrário do que alega a recorrente, a r. decisão impugnada não ofende o princípio da legalidade, pois se arrima em princípios expressos inscritos na Lei Maior. A edição da Portaria n. 540/04 respalda-se, como bem observou a e. Turma julgadora, nos princípios da cidadania e da dignidade da pessoa humana, inscritos no art. 1º, incisos II e III, da Carta Magna.

O direito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa restaram incólumes, na medida em que a inclusão do recorrente na chamada “lista suja” dos empregadores só ocorreu após regular processo administrativo, nos exatos termos da Portaria supracitada. (grifo nosso)

Outrossim, não há se falar em ofensa ao princípio da irretroatividade da lei penal, eis que a controvérsia passa ao largo da hipótese de condenação penal.¹⁴⁴

Cumprе ressaltar que, no caso em questão, a relatoria do foi sorteada para a Exma. Ministra Cármen Lúcia, todavia, uma vez que o Tribunal estava em recesso no dia de ajuizamento da ação, o processo foi encaminhado para a Presidência do STF. A decisão liminar sobre a constitucionalidade de uma norma deve ser referendada pelo Tribunal Pleno do STF, todavia o Regimento Interno da Corte autoriza ao presidente decidir questões urgentes durante o período de recesso.¹⁴⁵

¹⁴⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (8ª região). Recurso Ordinário nº 0061040-18.2005.5.08.0112. Relatora: Desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury. Belém, 30 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/8795935/pg-188-tribunal-superior-do-trabalho-tst-de-17-05-2010>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁴⁵ GLEZER, Rubens; MACHADO, Heloísa. *Presidência do STF derruba política contra escravidão moderna*, 2015. Disponível em: <<http://jota.info/presidencia-stf-derruba-politica-contra-escravidao-moderna>> Acesso em: 5 abr. 2015.

Ocorre que a Ministra Cármen Lúcia já relata outra ação com o mesmo objeto (Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.115 Distrito Federal), no entanto, optou por ouvir, além do Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República, e ainda não proferiu decisão.

3 REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 81/2014

Após quinze anos de tramitação¹⁴⁶, no dia 5.6.2014, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 81, que deu nova redação ao artigo 243 da CF/88, instituindo uma segunda possibilidade de expropriação (desapropriação sem indenização ao proprietário) de bens na ordem constitucional vigente.

A redação original do artigo 243 da CF/88 determinava a expropriação dos imóveis rurais (glebas) em que fossem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas. A alteração promovida pela EC nº 81/2014 ampliou a possibilidade de expropriação: estendendo-a aos imóveis urbanos e à exploração de trabalho escravo, *in verbis*:

Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.

Art. 243. **As propriedades rurais e urbanas** de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas **ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei** serão expropriadas e destinadas **à reforma agrária e a programas de habitação popular**, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, **observado, no que couber, o disposto no art. 5º**.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins **e da exploração de trabalho escravo** será confiscado e reverterá **a fundo especial com destinação específica, na forma da lei**. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014).¹⁴⁷ (grifo nosso)

Todavia, o que se esperava ser um grande avanço no combate ao trabalho escravo no Brasil contemporâneo pode, a depender da regulamentação, significar um enorme retrocesso.

¹⁴⁶ BRASIL. Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição, nº 57A de 1999*. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105791>. Acesso em: 4 abr. 2015.

¹⁴⁷ _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

3.1 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432 DE 2013

A fim de regulamentar a nova redação do art. 243 da CF/88, foi criada Comissão Mista de Deputados e Senadores, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal, a qual apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013 (PLS 432/2013), dispondo sobre a expropriação das propriedades onde for localizada a exploração de trabalho escravo.¹⁴⁸ O PLS 432/2013, todavia, tem sofrido críticas de entidades da sociedade civil, tais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), do poder executivo e do próprio legislativo.

No dia 5 de novembro de 2013, a Contag entregou petição pública ao relator do PLS, Senador Romero Jucá, afirmando que o projeto cria obstáculos para o efetivo combate do trabalho escravo no Brasil por objetivar a mudança do conceito de trabalho escravo previsto do Código Penal, tratando-se de um “golpe de alguns senadores que pretendem enterrar os 20 anos de combate ao trabalho escravo no Brasil”;¹⁴⁹ que a ausência dos elementos jornada exaustiva e condições degradantes de trabalho fere e fragiliza a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, sendo impossível, em pleno século XXI, a existência de jornadas que levam o trabalhador à morte ou de condições de trabalho que colocam em risco a sua integridade física ou psíquica.¹⁵⁰

A CPT divulgou manifesto contra a aprovação do PLS afirmando que o texto representa retrocesso ao redefinir o conceito de trabalho escravo previsto no Código Penal e que “não adianta aprovar o confisco da propriedade dos escravagistas se o preço a pagar for a negação do que é trabalho escravo nas condições do Brasil de hoje”.¹⁵¹

A ministra de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, afirmou em entrevista à Agência Brasil que no entendimento do governo a regulamentação do art. 243 não pode

¹⁴⁸ BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado, nº 432 de 2013*. Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=114895> Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁴⁹ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *CONTAG entrega petição contra a regulamentação da PEC 57-A ao senador Romero Jucá*. Disponível em: <<http://contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=9135&data=06/11/2013&nw=1&mt=1&in=1>> Acesso em: 5 abr. 2015.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Manifesto contra manobra da bancada ruralista para aprovação do PLS 432/2013 que regulamentaria a PEC 57A*. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/1803-cpt-divulga-manifesto-contra-manobra-da-bancada-ruralista-para-aprovacao-da-pls-432-2013-que-regularia-a-pec-57a>> Acesso em: 5 abr. 2015.

reduzir ou fazer retroceder o que já é previsto pela legislação brasileira, de modo que não pode haver a aprovação do PLS 432/2013 na forma como proposto.¹⁵²

O senador Valmir Assunção também critica o conceito de trabalho escravo definido no PLS, afirma que os principais casos relatados pelo MTE são de trabalhadores em situação de trabalho degradante. Critica, ainda, a exigência de que expropriação somente ocorra nos casos em que a exploração do trabalho escravo ocorra diretamente pelo proprietário, uma vez que os processos que envolvem o uso desse tratamento vil ao ser humano são escamoteados. Ressalta que o Código Penal e as instruções do Ministério do Trabalho e Emprego detalham o conceito “com louvor” e que a Emenda Constitucional “corre sérios riscos de ser apenas uma legislação sem nenhuma aplicabilidade”.¹⁵³

O Senador Paulo, em discurso proferido em plenário, declarou que “projeto de lei 423/2013 legaliza a exploração degradante e beneficia empresários inescrupulosos” e que “a regulamentação não pode transformar-se na legalização do trabalho escravo, porque trabalho escravo não se regulamenta, proíbe-se”, uma vez que a lei deve “assegurar o direito de empregados e empregadores, mas não o direito de trabalho escravo regulamentado”.¹⁵⁴

O Projeto de Lei do Senado nº 432/2013 recebeu, até o momento, 55 Emendas, importando para o nosso estudo as que se referem à(o): 1) previsão de que a expropriação somente ocorra nos casos de exploração do trabalho escravo diretamente pelo proprietário; 2) necessidade de sentença penal condenatória transitada em julgado; 3) conceito de trabalho escravo.

3.2 EXPLORAÇÃO DIRETAMENTE PELO PROPRIETÁRIO

Nos termos em que proposto, o PLS 432/2013 determina que a expropriação do imóvel somente ocorra nos casos de exploração do trabalho escravo diretamente pelo proprietário, é o que se extrai do *caput* do artigo 1º:

Art. 1º Os imóveis rurais e urbanos, onde for identificada a **exploração de trabalho escravo diretamente pelo proprietário**, serão expropriados e destinados à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário que foi condenado, em sentença penal

¹⁵² CHAGAS, Paulo Victor. *Ideli: governo não aceita recuo na regulamentação da Emenda do Trabalho Escravo*, 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-06/ideli-governo-nao-aceita-recuo-na-regulamentacao-emenda-do-trabalho-escravo>> Acesso em: 5 abr. 2015.

¹⁵³ ASSUNÇÃO, Valmir. *A lei que condena trabalho escravo mas protege o latifúndio*, 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/trabalho-escravo.html>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

¹⁵⁴ ANTUNES, Marcello. *Paim alerta para projeto que favorece escravagistas*, 2014. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/paim-alerta-para-projeto-que-favorece-escravagistas/>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

transitada em julgado, pela prática da exploração do trabalho escravo, e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, conforme o art. 243 da Constituição Federal.¹⁵⁵ (grifo nosso)

Em nota emitida sobre o PLS 432/2013, a CONTAG afirma que a referida exigência transfere o foco da regulamentação para o proprietário, fragilizando o art. 5º, inciso XXIII da CF/88 (função social da propriedade), harmonizando-se com Projeto de Lei 4330/2004 (Terceirização), com o objetivo de “precarizar ainda mais as relações de trabalho no campo e dificultar a ação do Estado”.¹⁵⁶

Conforme vimos no Capítulo 2, os proprietários dos imóveis se utilizam de falsos empreiteiros, muitas vezes tão miseráveis quanto os próprios trabalhadores, a fim de reduzir os custos de produção e se eximir de responsabilidades penais e trabalhistas. Nesse sentido, da forma como está redigido o art. 1º do PLS 432/2013, a EC 81/2013 torna-se inócua, uma vez que para evitar que seus imóveis sejam desapropriados, bastaria aos proprietários continuarem utilizando-se dos chamados “gatos”. As Emendas nº 1, 3, 6, 7, 13, 18, 25, 32 e 47 excluem tal exigência.

O Senador Randolfe Rodrigues alega que a expressão “diretamente pelo proprietário” dá margem para que esses possam se utilizar do trabalho escravo através de terceiros ou simulando aluguéis e arrendamentos, a fim de retirar sua responsabilidade de fiscalização. Aduz que a Lei nº 8.257/1991, que dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas, não prevê tal restrição.¹⁵⁷

Já Senador Antonio Carlos Valadares afirma que o empresário é o responsável legal por todas as relações trabalhistas de seu negócio, de modo que o proprietário do imóvel tem o dever de acompanhar com frequência a ação dos funcionários que a administram para verificar se eles estão descumprindo alguma norma da legislação

¹⁵⁵ BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado, nº 432 de 2013*. Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=114895> Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁵⁶ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Nota da CONTAG sobre a proposta de regulamentação da PEC 57A. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=9099&data=23/10/2013&nw=1&mt=1&in=1>> Acesso em: 5 abr. 2015.

¹⁵⁷ RODRIGUES, Randolfe. Emenda nº 6, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139199&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015

trabalhista, além de orientá-los no sentido de contratar trabalhadores de acordo com as normas estabelecidas pela CLT.¹⁵⁸

Os Senadores Walter Pinheiro, Wellington Dias, Ângela Portela e Paulo Paim aduzem que na maior parte dos casos a exploração do trabalho escravo se dá por meio de terceiros subordinados ao proprietário (prepostos, dirigentes ou administradores). Afirmam que a supressão da expressão “diretamente” e a inclusão de um § 3º se faz necessário a fim de evitar que o proprietário se exima da responsabilidade pela exploração de trabalho escravo em sua propriedade.¹⁵⁹ Sugerem a seguinte redação:

Art. 1º A propriedade rural ou urbana onde for localizada a exploração de trabalho escravo será expropriada e destinada à reforma agrária e a programa de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

§1º A expropriação de que trata o *caput* somente poderá ocorrer pela via judicial, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

§ 2º A expropriação de propriedade rural e urbana alugada, arrendada, em regime de comodato, usufruto, ou em qualquer outra hipótese na qual o proprietário não esteja na posse do imóvel, depende de comprovação em juízo de que aquele ou seu preposto teve conhecimento, participou ou beneficiou-se da exploração do trabalho escravo.

§ 3º O proprietário não poderá alegar desconhecimento da prática de trabalho escravo quando praticados por preposto, dirigente ou administrador.¹⁶⁰ (grifo nosso)

Vale ressaltar o fato de que o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 8.257/1991, o qual condicionava a expropriação pela cultura ilegal de plantas psicotrópicas à comprovação de responsabilidade do proprietário, foi vetado por inconstitucionalidade pelo então presidente Fernando Collor, que apresentou a seguinte justificativa:

Da forma como está redigido o art. 243 *caput* da Lei Maior, **independe de comprovação de responsabilidade subjetiva do proprietário** a expropriação de glebas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

Como a Carta Política condicionou a expropriação apenas à existência de cultura ilegal de plantas psicotrópicas, **sem que haja necessidade de comprovação da responsabilidade do proprietário pelo plantio ilegal**, na

¹⁵⁸ VALADARES, Antonio Carlos. *Emenda nº 7 ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139199&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁵⁹ PINHEIRO, Walter; DIAS, Wellington; PORTELA, Ângela; PAIM, Paulo. *Emendas nº 18, 25, 32 e 47, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139374&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁶⁰ Idem.

área cível, **a responsabilidade do proprietário é objetiva**, e não subjetiva, como pretende o projeto.

Tal assertiva é facilmente comprovada pela leitura do dispositivo constitucional, uma vez que o art. 243, *caput*, optou por estabelecer como causa única para a expropriação que haja cultura ilegal de plantas psicotrópicas nas glebas de qualquer região do País, não cabendo, sequer, indenização ao proprietário.

Portanto, impõe-se o veto por inconstitucionalidade.¹⁶¹ (grifo nosso)

Os artigos 1º e 2º do PLS 432/2013, assim como as emendas de nº 18, 25, 32 e 47, padecem, pois, do mesmo vício de inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 8.257/1991, uma vez que apresentam restrição ao texto constitucional, o qual condicionou a expropriação tão somente à exploração de trabalho escravo, sem a necessidade de comprovação de responsabilidade, pela exploração, do proprietário. De modo que a responsabilidade do proprietário deve ser subjetiva, tal qual como no caso de cultura ilegal de plantas psicotrópicas.¹⁶²

3.3 TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA

O art. 2º do PLS 432/2013 determina que a sentença penal condenatória transitada em julgado constitua requisito para o ajuizamento da ação expropriatória de imóveis em que for localizada a exploração de trabalho escravo.

Art. 2º A ação expropriatória de imóveis rurais e urbanos em que forem localizadas a exploração de trabalho escravo observará a lei processual civil, bem como **a necessidade de trânsito em julgado de sentença penal condenatória contra o proprietário** que explorar diretamente o trabalho escravo.¹⁶³ (grifo nosso)

Essa condicionante retira a efetividade da EC nº 81/2014 ao atrelar a expropriação da propriedade “ao ritmo moroso e sem fim do processo penal” e dificultar a expropriação de propriedades pertencentes a pessoas jurídicas – uma vez que o crime de

¹⁶¹ BRASIL. Presidência da República. *Mensagem nº 672, de 26 de novembro de 1991*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/anterior_98/VEP-LEI-8257-1991.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2015.

¹⁶² _____. Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991. Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8257.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015

¹⁶³ _____. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado, nº 432 de 2013*. Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=114895> Acesso em: 8 abr. 2015.

exploração de trabalho em condições análogas a de escravos somente prevê a responsabilização de pessoas naturais. A proposta de regulamentação não deixa claro se tais propriedades poderiam ser expropriadas, por exemplo, em caso de condenação penal com trânsito em julgado do administrador da pessoa jurídica.¹⁶⁴

O Senador Randolfe Rodrigues propõe alterar a redação do art. 2º para: “A ação expropriatória de glebas em que for localizada a exploração de trabalho escravo observará a lei processual civil”.¹⁶⁵ Já o Senador Antonio Carlos Valadares entende que se faz necessário possibilitar a ação expropriatória com a condenação trabalhista transitada em julgado, e não apenas com a condenação criminal, uma vez que a prescrição ou outras intercorrências do processo penal poderiam levar à impunidade do proprietário. Propõe a seguinte redação:

Art. 2º A ação expropriatória de imóveis rurais e urbanos em que for identificada a exploração de trabalho escravo observará a lei processual civil, bem como a **necessidade de sentença judicial condenatória transitada em julgado**, que verse sobre trabalho escravo localizado nos imóveis objeto da expropriação.¹⁶⁶ (grifo nosso)

Os Senadores Walter Pinheiro, Wellington Dias, Ângela Portela e Paulo Paim, por sua vez, alertam que a exigência de prévia condenação penal tornaria sem efeito o instituto da expropriação, uma vez que o crime de exploração de trabalho em condições análogas a de escravos não prevê a responsabilização de pessoas jurídicas. Afirmam, ainda, que o texto por eles sugerido (já transcrito na página 48) resguarda o proprietário de boa-fé que não esteja na posse do imóvel.¹⁶⁷

Mais uma vez o texto do PLS 432/2013 esvazia o novo texto constitucional, primeiramente pelo fato de o crime de redução a condição análoga à de escravo somente prever a responsabilização de pessoas naturais, de modo que bastaria aos exploradores

¹⁶⁴ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Nota da CONTAG sobre a proposta de regulamentação da PEC 57A. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=9099&data=23/10/2013&nw=1&mt=1&in=1>> Acesso em: 5 abr. 2015.

¹⁶⁵ RODRIGUES, Randolfe. *Emenda nº 5, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139199&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁶⁶ VALADARES, Antonio Carlos. *Emenda nº 7, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139199&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁶⁷ PINHEIRO, Walter; DIAS, Wellington; PORTELA, Ângela; PAIM, Paulo. *Emendas nº 13, 25, 32 e 47, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139374&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

registrarem os imóveis em nomes de pessoas jurídicas e, automaticamente, estariam isentos da possibilidade de expropriação.

Mas não é só, conforme visto no Capítulo 2, utilizando como exemplo o ex Deputado Federal Benedito Mutran Filho, mesmo com toda a repercussão do caso “Zé Pereira”, inclusive internacionalmente, o proprietário jamais foi condenado na esfera penal pelos crimes cometidos contra seus empregados, o que demonstra que a necessidade de sentença penal condenatória, ainda que superada a questão da pessoa jurídica, retira a eficácia da EC nº 81/2014.

3.4 CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO PARA FINS EXPROPRIATÓRIOS

Conforme debatido no Capítulo 1, o conceito atual de trabalho escravo prescinde à restrição de liberdade, sendo a dignidade da pessoa humana o principal bem jurídico lesado na exploração do trabalho escravo contemporâneo. Todavia, o PLS 432/2013 restringiu o trabalho escravo à submissão a trabalho forçado ou com restrição da liberdade pessoal, é o que se depreende dos parágrafos do art. 1º:

Art. 1º

[...]

§1º Para fins desta Lei, considera-se trabalho escravo:

I – a submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, ou que se conclui da maneira involuntária, ou com restrição da liberdade pessoal;

II – o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

III – a manutenção de vigilância ostensiva no local de trabalho ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; e

IV – a restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com empregador ou preposto.

§ 2º O mero descumprimento da legislação trabalhista não enquadra no disposto no § 1º.¹⁶⁸

Segundo parecer da CONTAG entregue à Comissão Mista, a ausência dos elementos “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho” desfigura o conceito

¹⁶⁸ BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado, nº 432 de 2013*. Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=114895> Acesso em: 8 abr. 2015

moderno de trabalho escravo, fragilizando o princípio da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho, “fazendo entender que só será considerado trabalho escravo aquele que for semelhante às práticas existentes no Brasil colonial”. A coordenadoria acrescenta, ainda, que a existência de condições de trabalho que colocam em risco integridade física e psíquica do trabalhador ou de jornadas exaustivas, que levam o trabalhador à morte, é impossível de ser aceita no século XXI e que o “Estado tem o dever de proteger o trabalhador vítima do trabalho escravo, independente do seu consentimento”.¹⁶⁹

O Senador Randolfe Rodrigues afirma que a inclusão dos referidos elementos se faz necessária, uma vez que a definição de jornada de trabalho exaustiva e de condições degradantes de trabalho consta do art. 149 do CP e está consagrada pela jurisprudência do STJ, propõe a inclusão do inciso V ao § 1º do art. 1º do PLS, com a seguinte redação: “V – a imposição de jornada de trabalho exaustiva, ou de condições degradantes de trabalho”.¹⁷⁰

O Senador Antonio Carlos Valadares, por sua vez, justifica o acréscimo com base na jurisprudência, cita decisão de relatoria da Ministra Rosa Weber, proferida no Inquérito nº 3.412, e o Acórdão proferido pelo Desembargador Tourinho Neto nos autos do processo nº 2007.39.01.000618-0/PA (já transcritos nas páginas 23-24), e no supracitado parecer da CONTAG. Acrescenta os seguintes incisos ao art. 1º, § 1º:¹⁷¹

V – a submissão a jornada exaustiva, caracterizada pela jornada de trabalho de natureza física ou mental que, por sua extensão ou intensidade, cause esgotamento das capacidades corpóreas e produtivas da pessoa do trabalhador, ainda que transitória e temporalmente, acarretando, em consequência, riscos a sua segurança e/ou a sua saúde;

VI – a submissão a condições degradantes de trabalho, pela imposição de maus-tratos ou grave sofrimento físico ou moral, ou ainda de condições penosas ou insalubres de trabalho, negando proteção mínima de vida, saúde e segurança ao trabalhador.¹⁷²

¹⁶⁹ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Nota da CONTAG sobre a proposta de regulamentação da PEC 57A*. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/indexdet2.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=9099&data=23/10/2013&nw=1&mt=1&ano=2013&mes=10>> Acesso em: 5 abr. 2015.

¹⁷⁰ RODRIGUES, Randolfe. *Emenda nº 4, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139199&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁷¹ VALADARES, Antonio Carlos. *Emenda nº 8, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139199&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁷² Idem.

Os Senadores Walter Pinheiro, Wellington Dias, Ângela Portela e Paulo Paim, acrescentam o inciso II ao § 1º do art. 1º:

II – sujeição, mediante violência, ameaça ou fraude:

a) a jornada exaustiva de trabalho, em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta esgotamento de sua capacidade física ou sério risco à saúde.

b) a condições degradantes e incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos de segurança, saúde e habitação de trabalhadores que estejam situação de vulnerabilidade ou dependência do empregador ou de preposto, dirigente ou administrador.¹⁷³

Além da decisão proferida no Inquérito nº 3.412, citam a doutrina de José Cláudio Monteiro de Brito Filho, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a encíclica *RERUM NOVARUM*, editada pelo Papa Leão XIII em 1891 e orientações da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONAETE), do Ministério Público do Trabalho:

Não é justo nem humano exigir do homem tanto trabalho a ponto de fazer pelo excesso da fadiga embrutecer o espírito e enfraquecer o corpo. [...] Não deve, portanto, o trabalho prolongar-se por mais tempo do que as forças permitem. Assim, o número de horas de trabalho diário não deve exceder a força dos trabalhadores, e a quantidade de repouso deve ser proporcionada à qualidade do trabalho, às circunstâncias do tempo e do lugar, à compleição e saúde dos operários. O trabalho, por exemplo, de extrair pedra, ferro, chumbo e outros materiais escondidos debaixo da terra, sendo mais pesado e nocivo à saúde, deve ser compensado com uma duração mais curta. Deve-se também atender às estações, porque não poucas vezes um trabalho que facilmente se suportaria numa estação, noutra é de facto insuportável ou somente se vence com dificuldade.¹⁷⁴

Orientação nº 3 da CONAETE: “Jornada de trabalho exaustiva é a que, por circunstâncias de intensidade, frequência, desgaste ou outras, cause prejuízos à saúde física ou mental do trabalhador, agredindo sua dignidade, e decorra de situação de sujeição que, por qualquer razão, torne irrelevante a sua vontade”.

Orientação nº 4 da CONAETE: “Condições degradantes de trabalho são as que configuram desprezo à dignidade da pessoa humana, pelo descumprimento dos direitos fundamentais do trabalhador, em especial os referentes a higiene, saúde, segurança, moradia, repouso, alimentação ou

¹⁷³ PINHEIRO, Walter; DIAS, Wellington; PORTELA, Ângela; PAIM, Paulo. *Emendas nº 20, 27, 34 e 51, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139374&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁷⁴ LEÃO XXI, Papa. *Carta Encíclica RERUM NOVARUM*. Sobre a condição dos Operários. Roma, 1981. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em: 8 abr. 2015

outros relacionados a direitos da personalidade, decorrentes de situação de sujeição que, por qualquer razão, torne irrelevante a vontade do trabalhador”.¹⁷⁵

A definição de trabalho escravo proposta no PLS 432/2013 representa, nesse ponto, grande retrocesso quanto à definição do trabalho escravo contemporâneo, conforme vimos no Capítulo 1, a nova redação do art. 149 do Código Penal adveio de um árduo processo de luta, inclusive de organismos internacionais, e de um compromisso assumido pelo Brasil perante a comunidade internacional. A exclusão da submissão a jornada exaustiva de trabalho e da sujeição a condições degradantes de trabalho da definição de trabalho escravo, não apenas esvazia o objeto do novo art. 243 da CF/88, mas principalmente, afronta diretamente um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana.

3.5 SUBSTITUTIVO X CONSOLIDADO APROVADO PELA COMISSÃO

Os substitutivos apresentados pelos Senadores Wellington Dias, Walter Pinheiro e Ângela Portela, promovem a alteração de todos os aspectos acima criticados. Primeiro, retira-se a exigência de exploração direta pelo proprietário para a expropriação do imóvel, modificando a redação dos artigos 1º e 2º, que passariam à seguinte:

Art. 1º A propriedade rural ou urbana onde for localizada a exploração de trabalho escravo será expropriada e destinada à reforma agrária e a programa de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. A expropriação de que trata o *caput* somente poderá ocorrer pela via judicial, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Art. 2º A expropriação de propriedade rural e urbana alugada, arrendada, em regime de comodato, usufruto, ou em qualquer outra hipótese na qual o proprietário não esteja na posse do imóvel, depende de comprovação em juízo de que aquele ou seu preposto teve conhecimento, participou ou beneficiou-se da exploração do trabalho escravo.

Parágrafo único. O proprietário não poderá alegar desconhecimento da prática de trabalho escravo quando praticados por preposto, dirigente ou administrador.¹⁷⁶ (grifo nosso)

¹⁷⁵ Ministério Público da União. *Relatório de atividades da CONAETE: exercício de 2009*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://mpt.gov.br/portalttransparencia/download.php?tabela=PDF&IDDOCUMENTO=643>>. Acesso em: 5 abr. 2015

Conforme disposto à fl. 50, o texto do artigo 2º, proposto pelos Senadores Wellington Dias, Walter Pinheiro e Ângela Portela padecem de inconstitucionalidade ao apresentar restrição ao texto constitucional, o qual condicionou a expropriação tão somente à exploração de trabalho escravo, sem a necessidade de comprovação de responsabilidade, pela exploração, do proprietário.

No que se refere à definição de trabalho escravo, todavia, o texto sugerido no Substitutivo descreve de forma precisa o conceito contemporâneo de trabalho escravo, consonante com a atual Doutrina e Jurisprudência. Apresenta um cuidado peculiar com o conceito de jornada exaustiva de trabalho – tanto na definição (esgotamento da capacidade física do trabalhador ou sério risco à sua saúde) quanto na caracterização mediante oferta de complemento salarial – e de condições degradantes de trabalho – com foco na dignidade da pessoa humana, nos direitos individuais e na situação de vulnerabilidade do trabalhador – demonstrando conhecimento de causa, *in verbis*:

Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se propriedade onde for localizada a exploração de trabalho escravo, o imóvel em que for constatada uma das seguintes situações:

I – submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição ou restrição da liberdade pessoal;

II – sujeição, mediante violência, ameaça ou fraude:

a) a jornada exaustiva de trabalho, em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta esgotamento de sua capacidade física ou sério risco à saúde.

b) a condições degradantes e incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos de segurança, saúde e habitação de trabalhadores que estejam situação de vulnerabilidade ou dependência do empregador ou de preposto, dirigente ou administrador;
ou

IV – restrição da locomoção do trabalhador:

a) em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, dirigente ou administrador;

b) mediante cerceamento do uso de meio de transporte;

c) mediante manutenção de vigilância ostensiva; ou

d) mediante apropriação de documentos ou objetos pessoais.

§ 1º O descumprimento de normas da legislação trabalhista não previstas no *caput* não configura exploração de trabalho escravo.

¹⁷⁶ DIAS, Wellington; PINHEIRO Walter; PORTELA, Ângela. *Emendas nº 10, 24 e 39, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139374&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

§ 2º A sujeição a jornada exaustiva também será caracterizada mediante oferta de complemento à salário base irrisório ou manifestamente incompatível com o trabalho realizado.

§ 3º As condições degradantes de que trata a alínea “b” do inciso II do *caput* não se confundem com o trabalho em situação de periculosidade ou insalubridade.¹⁷⁷ (grifo nosso)

A inclusão da submissão a jornada exaustiva de trabalho e da sujeição a condições degradantes de trabalho é de fundamental importância para o combate à exploração de trabalhadores. Como vimos no Capítulo 1, a jornada exaustiva de trabalho pode acarretar, além de diversas doenças, a morte do obreiro por exaustão e as condições degradantes de trabalho representam o que há de pior na exploração do trabalho escravo, sendo certo que ambas prescindem à restrição da liberdade individual, representando dano a toda a coletividade ao afrontar fundamentos constitucionais da República Federativa do Brasil.

Finalmente, além de excluir a necessidade de prévio trânsito em julgado da sentença penal condenatória, os Substitutivos cuidaram de definir a competência da União propositura (art. 5º) e do juízo federal cível de primeiro grau para processar e julgar a ação expropriatória (art. 6º), regulando, ainda, o trâmite processual (artigos 7º a 13º). Verifica-se, contudo, uma impropriedade no artigo 13º, *caput* e § 1º:

Art. 4º A ação expropriatória de que trata o art. 1º observará o procedimento judicial previsto nesta Lei, e, subsidiariamente, o disposto no Código de Processo Civil.

Art. 5º A ação de expropriação será proposta pela União contra pessoa natural ou jurídica proprietária de imóvel rural ou urbano onde for localizada a exploração de trabalho escravo.

Parágrafo único. Se não for possível determinar o proprietário, a ação poderá ser proposta contra réu incerto, que será citado por edital, do qual constará a descrição da propriedade.

Art. 6º O processo o julgamento da ação de que trata esta lei são de competência do juízo federal cível de primeiro grau.

Art. 7º A petição deverá ser instruída com o auto de infração que testa a ocorrência de trabalho escravo.

Art. 8º Recebida a inicial, o juiz determinará a citação do réu, para apresentar defesa no prazo de quinze dias, a contar da data da juntada do mandado ou de outro instrumento de citação aos autos.

Parágrafo único. Na petição inicial e na contestação, as partes deverão indicar o rol de testemunhas que pretendem ouvir, devidamente qualificadas e em número não superior a cinco.

¹⁷⁷ DIAS, Wellington; PINHEIRO Walter; PORTELA, Ângela. *Emendas nº 10, 24 e 39, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139374&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

Art. 9º Recebida a contestação, o juiz saneará o processo, delimitará os pontos controvertidos sobre os quais deverá incidir a provam especificará os meios admitidos de sua produção e, se necessário, designará audiência de instrução e julgamento.

Parágrafo único. Encerrado o debate ou oferecidos os memoriais o juiz proferirá a sentença desde logo ou no prazo de vinte dias.

Art. 10. O juiz poderá imitar a União, liminarmente, na posse do imóvel expropriado, mediante justificação prévia, ouvido o proprietário.

Art. 11. Da sentença caberá recurso na forma da lei processual.

Art. 12. Transitada em julgado a sentença expropriatória, o imóvel será incorporado ao patrimônio da União.

Parágrafo único. A propriedade rural ou urbana de que se trata esta lei e que, devido às suas especificidades, não for passível de destinação à reforma agrária ou a programa de habitação popular, poderá ser alienada, sendo os valores revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 13. O trânsito em julgado da sentença penal absolutória que reconheça estar provada a inexistência do fato ou este não constituindo infração penal implicará o arquivamento da ação expropriatória de que trata esta lei.

§ 1º Se a propriedade já estiver incorporada ao patrimônio da União, o proprietário será indenizado em dinheiro.

§ 2º A expropriação alcança a propriedade, ainda que transmitida por herança ou legado.¹⁷⁸ (grifo nosso)

Entendemos que assim como ocorre com a expropriação em decorrência da cultura ilegal de plantas psicotrópicas,¹⁷⁹ a ação expropriatória decorrente da exploração de trabalho escravo, natureza cível, deve ser totalmente independente da ação criminal que porventura se origine em decorrência do crime de redução a condição análoga à de escravo, especialmente porque jurisprudência demonstra que o Juízo criminal muitas vezes encerra conceito demasiadamente hermético. A título exemplificativo, colaciona-se excerto de decisão proferida pela 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, no qual se verifica a discrepância entre as decisões proferidas pelos Juízos Criminal e Trabalhista:

[...] os direitos fundamentais, independentemente de configuração criminal, integram o rol de direitos básicos dos trabalhadores, sendo claro como a luz do dia que, neste elenco, estão incluídos o trabalho digno, assim como a dignidade da pessoa humana. Tanto sob a ótica objetiva, quanto sob o prisma subjetivo, o pronunciamento a respeito da configuração

¹⁷⁸ DIAS, Wellington; PINHEIRO Walter; PORTELA, Ângela. *Emendas nº 10, 24 e 39, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139374&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁷⁹ BRASIL. Presidência da República. *Mensagem nº 672, de 26 de novembro de 1991*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/anterior_98/VEP-LEI-8257-1991.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2015.

do trabalho degradante e das suas consequências jurídico-trabalhistas sobre a dignidade da pessoa humana é da Justiça do Trabalho, ramo integrante da Justiça Federal e especializada na conciliação, na instrução e no julgamento das controvérsias decorrentes da relação de trabalho. De qualquer maneira, **as jurisdições penal e trabalhista são autônomas, independentes e harmônicas, integrantes que são do Poder Judiciário da União**, cuja estrutura organizacional se define por conveniência administrativo-funcional. **O Direito Penal, formado e conformado por princípios, normas e institutos próprios, dogmática e axiologicamente ponderados pelo legislador e por seus intérpretes, lida, em última análise e em essência, com a liberdade do homem (*status libertatis* do indivíduo), ao passo que o Direito do Trabalho, formado e conformado por princípios, normas e institutos próprios, lida, em superfície e em profundidade, com o trabalho digno do homem livre. [...] Logo, não se pode pretender a absolvição trabalhista simplesmente porque o inquérito policial foi arquivado por atipicidade dos fatos investigados.** O tipo penal encerra torneamento rígido, fechado hermeticamente sobre si próprio (*nullum crimen, nulla poena sine lege*), não tolerando o seu brancor nenhuma impureza, tendo em vista a natureza do *jus puniendi* do Estado. A questão referente à eficácia horizontal dos direitos fundamentais do trabalhador possui outros contornos, específicos e especiais, por isso que seu espectro jurídico se irradia em direção às condições dignas do trabalhador, estando a competência em torno desta questão sob a égide da Justiça do Trabalho, que possui autonomia para atribuir aos fatos, devidamente apurados em ação trabalhista, as consequências justas que entender pertinentes, à luz do princípio do livre convencimento fundamentado, maior de todas as garantias do magistrado e do jurisdicionado. **Se os trabalhadores, recrutados, arregimentados, angariados ou pré-contratados, pouco importando a questão semântica, já que não se trata de tipificação penal, para prestar serviços na colheita de cana, morando em alojamentos precários, com quartos, refeitórios e banheiros inadequados, em frentes de trabalho sem água potável e banheiro apropriado, ferindo a dignidade da pessoa humana, esses fatos não podem passar ao largo da percepção do juízo trabalhista, direta e imediatamente envolvido com os direitos sociais fundamentais, que não podem ser meras promessas, sonhos e fantasias para humildes trabalhadores, que prestam serviço exaustivo, no campo, realizando a colheita de cana, para a sustentação do programa de bio-combustível.** Após citar trecho do relatório de diligência do Douto MPT, a r. sentença salientou que "no caso em comento as provas dos autos demonstram, sem peia de dúvidas, **as humilhações e condições sub-humanas a que estavam submetidos os trabalhadores...**" e mais adiante "se é verdade que imagens nos falam mais do que palavras, as fotografias de fls. 21 e seguintes registram a precariedade da acomodação dos trabalhadores. **Indubitavelmente uma forma perniciosa de exploração do trabalho humano surge suficientemente caracterizada em todos seus aspectos: o trabalho em condições degradantes, cuja existência restou amplamente comprovada.**" (MM. Juiz Dr. Edmar Souza Salgado).¹⁸⁰ (grifo nosso)

¹⁸⁰ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (3ª região). Recurso Ordinário nº 01263-2007-048-03-00-4. 4ª Turma. Relator: Desembargador Luiz Otavio Linhares Renault. Belo Horizonte, 29 de julho de 2009. Disponível em: <<http://jurisprudenciabrasil.blogspot.com.br/2009/10/jurid-crime-de-aliciamento-de.html>>. Acesso em: 8 abr. 2015

De qualquer modo, não obstante pequenas inconsistências, o texto Substitutivo abrangeu detalhes de suma importância para o efetivo combate ao trabalho escravo, dos quais se olvidou o PLS 432/2013: 1) Incluiu a possibilidade de ação expropriatória em face de pessoa jurídica ou, ainda, nos casos em que não seja possível identificar o proprietário do imóvel, como pode acontecer, por exemplo, em casos de posseiros (art. 5º, *caput* e parágrafo único); 2) definiu a competência para julgamento da ação expropriatória evitando, assim, possíveis discussões futuras que poderiam acarretar, inclusive, prescrição ou decadência (art. 6º); 3) previu o ajuizamento da ação instruída com o auto de infração, conferindo celeridade à norma (art. 7º).

Todavia, no dia 13.11.2014, foi publicado o parecer nº 38 da Comissão mista, que resolveu alterar o texto do PLS nº 432 de maneira pontual, muito aquém do esperado pelos críticos ao projeto, rejeitando por completo o referido substitutivo. Conseguiu-se pequeno avanço ao se retirar do texto a necessidade de trânsito em julgado da ação penal, ao definir a competência para julgamento da ação expropriatória, ao dispensar de ciência do proprietário quando a exploração de trabalho escravo se der por preposto e ao explicitar que o fato de o imóvel estar registrado em nome de pessoa jurídica não impede a expropriação.¹⁸¹

No mais, as alterações consistiram basicamente em modificações de redação e de destinação de eventuais recursos obtidos através da expropriação, mantendo-se incólume os pontos mais críticos do projeto: a) exigência de que a expropriação somente ocorra nos casos em que a exploração se dê diretamente pelo proprietário; b) exclusão da jornada exaustiva de trabalho e da submissão a trabalhos degradantes.

Mas não é só, foi incluído um parágrafo sétimo no artigo primeiro do Projeto de Lei, no qual constou que “é vedada a inscrição, em cadastro público, de pessoas físicas e jurídicas que sejam parte em processo que envolva exploração de trabalho escravo anteriormente ao trânsito em julgado de sentença condenatória”,¹⁸² ou seja, retirou por completo a força de uma das mais eficientes políticas de combate ao trabalho escravo no Brasil, a “Lista Suja” do Ministério do Trabalho e Emprego.

¹⁸¹ BRASIL. Congresso Nacional. Parecer nº 38, de 2014 às Emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 432, de 2013. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=156616&tp=1>> Acesso em: 8 abr. 2015.

¹⁸² Idem.

CONCLUSÃO

A despeito dos esforços empreendidos pelo Brasil, a exploração do trabalho escravo ainda é uma realidade ainda longe de ser abolida do território nacional. O reconhecimento oficial do problema e a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel constituíram grande avanço no enfrentamento do problema na década de 1990, uma vez que possibilitaram o resgate de milhares de trabalhadores e o pagamento de milhões de reais em verbas trabalhistas.

A imagem do escravo negro do Brasil Imperial ainda é um entrave no combate ao trabalho escravo contemporâneo por causar dificuldade na conceituação moderna de escravidão. Nesse sentido, a alteração do art. 149 do Código Penal promovida pela Lei nº 10.803/2003 foi de fundamental para o enfrentamento do problema, uma vez que deixou claro que o atual conceito de trabalho escravo prescinde ao cerceamento da liberdade do trabalhador ou até mesmo à sua involuntariedade.

O crime de redução a condição análoga à de escravo possui sete modos de execução independentes: 1) submissão a trabalhos forçados; 2) sujeição a jornada exaustiva de trabalho; 3) sujeição a condições degradantes de trabalho; 4) restrição da locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto; 5) cerceamento do uso de qualquer meio de transporte com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho; 6) manutenção de vigilância ostensiva com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho; 7) retenção de documentos ou objetos de uso pessoal do trabalhador com o fim de retê-lo no local de trabalho.

O trabalho escravo decorre especialmente da coisificação do ser humano e do consequente desprezo por condições mínimas de saúde, segurança, higiene e respeito; representando grave violação à Constituição Federal de 1988 ao afrontar diretamente um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana.

Apesar de expressamente vedados, o *truck system* e o aliciamento de trabalhadores ainda são práticas muito utilizadas, especialmente, no meio rural, provocando a escravidão por dívida de diversos trabalhadores que, vulneráveis em razão do desemprego e de sua baixa qualificação profissional e enganados com falsas promessas, tornam-se cativos de uma rede de endividamento progressivo, humilhação e violência, não pela ignorância acerca do conceito de trabalho escravo, mas pela necessidade de sobrevivência.

A “Lista Suja” do Ministério do Trabalho e Emprego é de fundamental importância para o combate ao trabalho escravo no Brasil, uma vez que a possibilita a restrição de créditos aos exploradores e o boicote a seus produtos, sendo certo que a Constituição Federal de 1988 e as diversas convenções internacionais promulgadas pelo Brasil garantem a constitucionalidade/legalidade do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.

A tão aguardada Emenda Constitucional nº 81 de 2014 corre sérios riscos de ser apenas uma legislação sem nenhuma aplicabilidade, já que o Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013, que pretende regulamentar o novo texto constitucional, cria obstáculos para o efetivo combate do trabalho escravo no Brasil, necessitando ser totalmente reescrito.

O texto Substitutivo apresentado pelos Senadores Wellington Dias, Walter Pinheiro e Ângela Portela (com a exclusão do art. 2º e do art. 13º, *caput* e § 1º – o primeiro porque a regulamentação não deve apresentar restrição ao texto constitucional e o segundo porque a ação expropriatória deve ser totalmente independente) mostra-se como o mais adequado à ordem constitucional e ao efetivo combate ao trabalho escravo no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Lais; MACHADO, Luiz. O Combate ao Trabalho Forçado: um desafio global. In: NOCCHI, Andrea Saint Pastous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves (coord.). *Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana?. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/7496/9009>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

_____. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, São Paulo v.3, n.2, artigo 2, abr./agosto. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/113/130>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

ANTUNES, Marcello. *Paim alerta para projeto que favorece escravagistas*, 2014. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/paim-alerta-para-projeto-que-favorece-escravagistas/>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

ASSUNÇÃO, Valmir. *A lei que condena trabalho escravo mas protege o latifúndio*, 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/trabalho-escravo.html>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

AUDI, Patrícia. *A escravidão não abolida*, 2006. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=25726>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

BRASIL. *Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871*. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annaul de escravos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Lei nº 3.270/1.885, de 28 de setembro de 1885*. Regula a extinção gradual do elemento servil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-norma-pl.html>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888*. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957*. Promulga as Convenções Internacionais do Trabalho de nº11,12,13,14,19,26,29,81,88,89,95,99,100 e 101, firmadas pelo Brasil e outros países em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D41721.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Decreto nº 58.563, de 1º de junho de 1966*. Promulga e Convenção sobre Escravatura de 1926 emendada pelo Protocolo de 1953 e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura de 1956. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58563-1-junho-1966-399220-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Decreto nº 58.822, de 14 de julho de 1966*. Promulga a Convenção nº 105 concernente à abolição do Trabalho forçado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D58822.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. Presidência da República. *Mensagem nº 672, de 26 de novembro de 1991*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/anterior_98/VEP-LEI-8257-1991.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991*. Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8257.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992*. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992*. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992*. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. Ministério do Trabalho. *Portaria n. 540, de 14 de junho de 1995*. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCCQQFjAB&url=https%3A%2F%2Fwww2.mppa.mp.br%2Fsistemas%2Fgcsubsites%2Fupload%2F25%2FPortaria%2520Minist%25C3%2583%25C2%25A9rio%2520do%2520Trabalho%2520n%25C3%2582%25C2%25BA%2520550%2C%2520de%252014%2520de>>

%2520junho%2520de%25201995.doc&ei=VKgkVebfJoWZNt_bgIgL&usg=AFQjCNEBTC
KkPTi9ojnUXVLA_6uBYlsf8g&sig2=JAXd5dDiuzmpdUTkTrdCJA&bvm=bv.90237346,d.e
XY>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. *Lei nº 9.777, de 29 de dezembro de 1998*. Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9777.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição, nº 57A de 1999*. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105791>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (8ª Região). Recurso Ordinário nº 5.309/2002. 1ª Turma. Relator: Juiz Convocado José de Jesus Ribeiro. Belém, 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/31236737/tribunal-regional-do-trabalho-da-8a-regiao-organizaao-9>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (3ª Região). Recurso Ordinário nº 48403 01023-2002-081-03-00-0. 7ª Turma. Relator: Juiz Milton Vasques Thibau de Almeida. Belo Horizonte, 13 de março de 2003. Disponível em: <<http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/129329368/recurso-ordinario-trabalhista-ro-48403-01023-2002-081-03-00-0/inteiro-teor-129329378>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da (10ª Região). Recurso Ordinário nº 00073-2002-811-10-00-6. 2ª Turma. Relator: Juiz José Ribamar O. Lima Junior. Brasília, 7 de maio de 2003. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8720893/recurso-ordinario-ro-73200281110006-to-00073-2002-811-10-00-6/inteiro-teor-13782532>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Presidência da República do Brasil. *Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo*. Brasília: OIT, 2003.

_____. *Decreto de 31 de julho de 2003*. Cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn9943.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. *Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003*. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Portaria Nº 540, de 15 de outubro de 2004*. Disponível em:
<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF2B6EE26648F/p_20041015_540.pdf> Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (8ª região). Recurso Ordinário nº 0061040-18.2005.5.08.0112. Relatora: Desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury. Belém, 30 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/8795935/pg-188-tribunal-superior-do-trabalho-tst-de-17-05-2010>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (16ª região). Recurso Ordinário nº 0061100-86.2002.5.16.0010. Relatora: Desembargador Américo Bedê Freire. São Luís, 22 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.trt16.jus.br/site/conteudo/jurisprudencia/inteiroTeor.php>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Vara do Trabalho de São Félix do Araguaia. Ação Civil Pública nº 00177.2005.061.23.00-3. Juiz João Humberto Cesário. São Félix do Araguaia, 18 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/jurisprudencia/16758/trabalho-escravo>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (10ª região). Recurso Ordinário nº 00099-2009-019-10-00-6. 3ª Turma. Relatora: Juíza Cilene Ferreira Amaro Santos. Brasília, 20 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8779921/recurso-ordinario-ro-99200901910006-df-00099-2009-019-10-00-6/inteiro-teor-13857861>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (10ª região). Recurso Ordinário nº 01260-2005-001-10-00-7. 1ª Turma. Relatora: Desembargadora Elaine Machado Vasconcelos. Brasília, 28 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8742603/recurso-ordinario-ro-1260200500110007-df-01260-2005-001-10-00-7/inteiro-teor-13810405>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (3ª região). Recurso Ordinário nº 01263-2007-048-03-00-4. 4ª Turma. Relator: Desembargador Luiz Otavio Linhares Renault. Belo Horizonte, 29 de julho de 2009. Disponível em: <<http://jurisprudenciabrasil.blogspot.com.br/2009/10/jurid-crime-de-aliciamento-de.html>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Ministério Público da União. *Relatório de atividades da CONAETE: exercício de 2009*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://mpt.gov.br/portaltransparencia/download.php?tabela=PDF&IDDOCUMENTO=643>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Portaria Interministerial n.º 2*, de 12 de maio de 2011. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FFA7DD87E4E75/p_20110512_2.pdf> Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Instrução Normativa n.º 91*, de 05 de outubro 2011. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D32DC09BB0132DFD134F77441/in_20111005_91.pdf> Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Trabalho escravo no Brasil em retrospectiva: referências para estudos e pesquisas*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC882013543FDF74540AB/retrospec_trab_escravo.pdf> Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Inquérito 3.412 Alagoas. Plenário. Relator: Ministro Marco Aurélio. Redatora do Acórdão: Ministra Rosa Weber. Brasília, 29 de março de 2012. Disponível em:
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3076256>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Tribunal Regional Federal (1ª região). Apelação Criminal nº 2007.39.01.000618-0/PA. Numeração Única: 0000616-97.2007.4.01.3901. 3ª Turma. Relator: Desembargador Federal Tourinho Neto. Brasília, 17 de dezembro de 2012. Disponível em:
<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/49746914/trf-1-11-01-2013-pg-769>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Quadro geral das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo*. Brasília, 2013. Disponível em:
<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A45B26698014625BF23BA0208/Quadro%20resumo%20opera%C3%A7%C3%B5es%20T.E.%201995%20-%202013.%20Internet.pdf>>
Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado, nº 432 de 2013*. Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=114895> Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. *Emenda Constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014*. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc81.htm>. Acesso em: 4 abr. 2015.

_____. Congresso Nacional. *Parecer nº 38, de 2014 às Emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 432, de 2013*. Disponível em:
<<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=156616&tp=1>> Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (10ª região). Recurso Ordinário nº 01781-2013-004-10-00-3. 1ª Turma. Relatora: Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães. Brasília, 26 de março de 2014. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/116014396/recurso-ordinario-ro-1781201300410003-df-01781-2013-004-10-00-3-ro/inteiro-teor-116014406>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.209 Distrito Federal. Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, 23.12.2014. Disponível em:
< <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4693021>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho com Redução à Condição Análoga à de Escravo: análise a partir de trabalho decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. In: NOCCHI, Andrea Saint Pastous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves (Coord.). *Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação*. 2. ed. São Paulo: LTR, 2011.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. *Trabalho com redução do homem à condição análoga à de escravo e dignidade da pessoa humana*, 2006. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/documentos/dignidadetrabalhoescravo.pdf> Acesso em: 5 abr. 2015.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio*. Carta Pastoral. São Félix do Araguaia, 1971. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

CHAGAS, Daniel de Matos Sampaio. O Ministério do Trabalho e Emprego e os subsídios para defesa judicial da União nas ações relativas ao cadastro de empregadores do trabalho escravo. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Possibilidades jurídicas de combate à escravidão contemporânea*. Brasília: OIT, 2007.

CHAGAS, Paulo Victor. *Ideli: governo não aceita recuo na regulamentação da Emenda do Trabalho Escravo*, 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-06/ideli-governo-nao-aceita-recuo-na-regulamentacao-emenda-do-trabalho-escravo>> Acesso em: 5 abr. 2015.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Relatório nº 95/03. Caso 11.289. Solução Amistosa José Pereira. Brasil*. Washington, 2003. Disponível em: <<http://cidh.oas.org/annualrep/2003port/Brasil.11289.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Síntese Estatística do Trabalho Escravo 2013*. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/attachments/article/2258/S%C3%ADntese%20estat%C3%ADstica%20do%20TE%202013%20-%20ATUALIZADA%20em%2023.06.2014.pdf>> Acesso em: 5 abr. 2015.

_____. *Manifesto contra manobra da bancada ruralista para aprovação do PLS 432/2013 que regulamentaria a PEC 57A*. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/1803-cpt-divulga-manifesto-contramanobra-da-bancada-ruralista-para-aprovacao-da-pls-432-2013-que-regularia-a-pec-57a>> Acesso em: 5 abr. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Nota da CONTAG sobre a proposta de regulamentação da PEC 57A*. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=9099&data=23/10/2013&nw=1&mt=1&in=1>> Acesso em: 5 abr. 2015.

_____. *CONTAG entrega petição contra a regulamentação da PEC 57-A ao senador Romero Jucá*. Disponível em: <<http://contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=9135&data=06/11/2013&nw=1&mt=1&in=1>> Acesso em: 5 abr. 2015.

_____. *Nota da CONTAG sobre a proposta de regulamentação da PEC 57A*. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/indexdet2.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=9099&data=23/10/2013&nw=1&mt=1&ano=2013&mes=10>> Acesso em: 5 abr. 2015.

CONSULTOR JURÍDICO. *Procuradores repudiam sentença que comparou homens a animais*. Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2003-jun-03/procuradores_repudiam_sentenca_juiz_trabalho>. Acesso em: 8 abr. 2015.

COSTA JR, Paulo José da. Direito Penal: curso completo, 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 303, apud FELICIANO Guilherme Guimarães. Do crime de redução à condição análoga à de escravo, na Redação da Lei 10.803/2003. *COAD*, sine loco, informativo semanal n. 45, ano 39, p. 437-427. nov. 2005. Disponível em: <http://coad.com.br/app/webroot/files/trab/pdf/ct_net/2005/ct4505.pdf> Acesso em: 5 abr. 2015.

DELMANTO, Celso. et al. *Código Penal Comentado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

DIAS, Wellington; PINHEIRO, Walter; PORTELA, Ângela. *Emendas nº 10, 24 e 39, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139374&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

FARIA, Bento de. apud HUNGRIA, Nélson. *Comentários ao código penal*. v. 4. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

FÁVERO FILHO, Nicanor. Trabalho Escravo: vilipêndio à dignidade humana. In: PIOVESAN, Flávia; CARVALHO, Luciana Paula Vaz de (Coord.). *Direitos Humanos e Direito do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2010.

FELICIANO Guilherme Guimarães. Do Crime de Redução à Condição Análoga à de Escravo, na Redação da Lei 10.803/2003. *COAD*, sine loco, informativo semanal n. 45, ano 39, p. 437-427. nov. 2005. Disponível em: <http://coad.com.br/app/webroot/files/trab/pdf/ct_net/2005/ct4505.pdf> Acesso em: 5 abr. 2015.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GLEZER, Rubens; MACHADO, Heloísa. *Presidência do STF derruba política contra escravidão moderna*, 2015. Disponível em: <<http://jota.info/presidencia-stf-derruba-politica-contra-escravidao-moderna>> Acesso em: 5 abr. 2015.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: parte especial*. 9. ed. v. 2. Niterói: Impetus, 2012.

HUGO, v. Brasil: *Ministério Público confirma cortador de cana morre em São Paulo por ter trabalhado 70 dias sem folga*, 2007. Disponível em: <<http://www.wsws.org/pt/2007/may2007/por1-m30.shtml>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

HUNGRIA, Nélson. *Comentários ao Código Penal*. v. 4. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

JESUS, Damásio Evangelista de. *Código Penal Anotado*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

LEÃO XXI, Papa. *Carta Encíclica RERUM NOVARUM*. Sobre a condição dos Operários. Roma, 1981. Disponível em: <<https://w2.vatican.va/content/leo->

xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em: 8 abr. 2015.

LIMA, Firmino Alves. A jurisprudência sobre a caracterização do trabalho em condições análogas à de escravo no Brasil. In: NOCCHI, Andrea Saint Pastous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves (Coord.). *Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

MARANHÃO COSTA, Patrícia Trindade. *Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil*. 1. ed. Brasília: OIT, 2010.

MELO, Luís Antônio Camargo de. Premissas para um eficaz combate ao trabalho escravo. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, ano 13, n. 26, p. 11-33, set. 2003.

_____. Atuação do Ministério Público do Trabalho no combate ao trabalho escravo: crimes contra a organização do trabalho e demais crimes conexos. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea*. Brasília: OIT, 2007.

MIRABETE, Julio Fabrinni; FABBRINI, Renato E. *Código Penal Interpretado*. São Paulo: Atlas, 2007.

NORONHA, Edgar Magalhães. Direito Penal. v. 2. São Paulo: Saraiva, 1969, p.165, apud FELICIANO Guilherme Guimarães. Do crime de redução à condição análoga à de escravo, na redação da Lei 10.803/2003. *COAD*, sine loco, informativo semanal n. 45, ano 39, p. 437-427. nov. 2005. Disponível em: <http://coad.com.br/app/webroot/files/trab/pdf/ct_net/2005/ct4505.pdf> Acesso em: 5 abr. 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. *Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo Rural no Brasil*. 1. ed. Brasília: OIT, 2011.

PACTO Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. Brasília, 2005. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/pacto_erradicacao_trabalho_escravo.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2015.

PINHEIRO, Walter; DIAS, Wellington; PORTELA, Ângela; PAIM, Paulo. *Emendas nº 10-53, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139374&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

PRADO, Luiz Regis; BITENCOURT, Cezar Roberto. *Código Penal Anotado e Legislação Complementar*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

REPÓRTER BRASIL. *Perguntas e respostas sobre trabalho escravo*, [2013 ou 2014]. Disponível em: <<http://www.trabalhoescravo.org.br/conteudo/tres-mentiras-sobre-o-trabalho-escravo>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

REPÓRTER BRASIL. *Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil*, [entre 2007 e 2014]. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/pacto/conteudo/view/4>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

REPÓRTER BRASIL. *Signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo*, [2013 ou 2014]. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/pacto/signatarios>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

REZENDE, Ricardo. *O trabalho escravo contemporâneo por dívida: como se manifestam os acusados?*. 2002. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/documentos/art_1.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2015.

RIBEIRO JÚNIOR, Raymundo Lima. Jornada de trabalho exaustiva e a Orientação n. 3 da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, ano 21, n. 42, p. 135-162, set. 2011.

RODRIGUES, Randolfe. *Emendas nº 4, 5 e 6, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139199&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

SANTOS, Ronaldo Lima dos. A escravidão por dívidas nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, ano 13, n. 26, p. 47-66, set. 2003.

SAKAMOTO, Leonardo (Coord.). *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*. Brasil: OIT, 2007.

SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. *Trabalho escravo no Brasil na atualidade*. São Paulo: LTr, 2000.

SEVERIANO, Jorge. apud HUNGRIA, Néelson. *Comentários ao código penal*. v. 4. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

SILVA, A. J. da Costa e. Plágio. *Justitia*. n. 39, p. 11, apud FELICIANO Guilherme Guimarães. Do crime de redução à condição análoga à de escravo, na redação da Lei 10.803/2003. *COAD*, sine loco, informativo semanal n. 45, ano 39, p. 437-427. nov. 2005. Disponível em: <http://coad.com.br/app/webroot/files/trab/pdf/ct_net/2005/ct4505.pdf> Acesso em: 5 abr. 2015.

SILVA, José Carlos Aragão. *Ser Livre e Ser Escravo: memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais (1990-2008)*. 2009. 175 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

SILVA, Marcello Ribeiro. *Trabalho Análogo ao de Escravo Rural no Brasil do século XXI: novos contornos de um antigo problema*. 2010. 280 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Direito. Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2010.

SUTTON, Alison. *Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje*. São Paulo: Loyola, 1994.

VALADARES, Antonio Carlos. *Emendas nº 7, 8 e 9, ao Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013*. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em:
<<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=139199&tp=1>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

VIANA, Marco Túlio. Trabalho escravo e lista suja: um modo original de se remover uma mancha. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 44, n.74, p. 189-215, jul/dez. 2006.

WIKIPÉDIA. *Inocência de Oliveira*. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Inoc%C3%Aancia_de_Oliveira>. Acesso em: 8 abr. 2015.

ANEXO A – Projeto de Lei do Senado nº 432/2013**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 432, DE 2013****(Da Comissão Mista criada pelo ATN nº 2, de 2013)**

Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os imóveis rurais e urbanos, onde for identificada a exploração de trabalho escravo diretamente pelo proprietário, serão expropriados e destinados à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário que foi condenado, em sentença penal transitada em julgado, pela prática da exploração do trabalho escravo, e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, conforme o art. 243 da Constituição Federal.

§1º Para fins desta Lei, considera-se trabalho escravo:

I – a submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, ou que se conclui da maneira involuntária, ou com restrição da liberdade pessoal;

II – o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

III – a manutenção de vigilância ostensiva no local de trabalho ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; e

IV – a restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com empregador ou preposto.

§ 2º O mero descumprimento da legislação trabalhista não enquadra no disposto no § 1º.

§ 3º Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá ao Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins – FUNPRESTIE.

§ 4º Os imóveis rurais e urbanos de que trata o *caput* que, devido suas especificidades, não forem passíveis de destinação À reforma agrária e a programas de habitação popular, poderão ser vendidos e os valores decorrentes da venda deverão ser remetidos ao Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins – FUNPRESTIE, de que trata o art. 3º.

§ 5º Nas hipóteses de exploração de trabalho em propriedades pertencentes à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, ou em propriedades pertencentes às empresas públicas ou à sociedade de economia mista, a responsabilidade penal será atribuída ao respectivo gestor.

Art. 2º A ação expropriatória de imóveis rurais e urbanos em que forem localizadas a exploração de trabalho escravo observará a lei processual civil, bem como a necessidade de trânsito em julgado de sentença penal condenatória contra o proprietário que explorar diretamente o trabalho escravo.

Art. 3º Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins – FUNPRESTIE, que tem por finalidade:

I – promover atendimento emergencial aos trabalhadores resgatados de trabalho escravo;

II – apoiar programas e iniciativas destinadas a esclarecer os trabalhadores urbanos e rurais sobre os seus direitos e garantias mínimas;

III – oferecer condições dignas de retorno ao trabalhador que foi deslocado ou se deslocou de seu local de residência e depois foi submetido a condições de trabalho desumanas ou degradantes;

IV – oferecer cursos de capacitação, reciclagem ou readaptação aos trabalhadores resgatados do trabalho escravo;

V – promover outras ações de apoio ao combate ao trabalho escravo, desumano ou degradante, e de compensação aos trabalhadores resgatados dessas condições;

VI – promover ações de combate e prevenção ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Art. 4º O FUNPRESTIE tem por fonte de recursos:

I – os valores decorrentes dos leilões dos bens de valor econômico expropriados em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo;

II – recursos orçamentários da União e créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

III – doações e contribuições a qualquer título de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, e de pessoas físicas;

IV – recursos provenientes de ajuste e convênios firmados com instituições públicas e privadas;

V – rendimentos de aplicações financeiras em geral.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO B – Emenda nº 10 ao Projeto de Lei do Senado nº 432/2013**EMENDA Nº 10, PEN (SUBSTITUTIVO)**

Dê-se a seguinte redação global ao PLS nº 432, de 2013 – Emenda Substitutivo.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2013.

Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde for localizada a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A propriedade rural ou urbana onde for localizada a exploração de trabalho escravo será expropriada e destinada à reforma agrária e a programa de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. A expropriação de que trata o *caput* somente poderá ocorrer pela via judicial, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Art. 2º A expropriação de propriedade rural e urbana alugada, arrendada, em regime de comodato, usufruto, ou em qualquer outra hipótese na qual o proprietário não esteja na posse do imóvel, depende de comprovação em juízo de que aquele ou seu preposto teve conhecimento, participou ou beneficiou-se da exploração do trabalho escravo.

Parágrafo único. O proprietário não poderá alegar desconhecimento da prática de trabalho escravo quando praticados por preposto, dirigente ou administrador.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se propriedade onde for localizada a exploração de trabalho escravo, o imóvel em que for constatada uma das seguintes situações:

I – submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição ou restrição da liberdade pessoal;

II – sujeição, mediante violência, ameaça ou fraude:

a) A jornada exaustiva de trabalho, em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta esgotamento de sua capacidade física ou sério risco à saúde.

b) A condições degradantes e incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos de segurança, saúde e habitação de trabalhadores que estejam situação de vulnerabilidade ou dependência do empregador ou de preposto, dirigente ou administrador; ou

IV – restrição da locomoção do trabalhador:

a) em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, dirigente ou administrador;

b) mediante cerceamento do uso de meio de transporte;

c) mediante manutenção de vigilância ostensiva; ou

d) mediante apropriação de documentos ou objetos pessoais.

§ 1º O descumprimento de normas da legislação trabalhista não previstas no *caput* não configura exploração de trabalho escravo.

§ 2º A sujeição a jornada exaustiva também será caracterizada mediante oferta de complemento à salário base irrisório ou manifestamente incompatível com o trabalho realizado.

§ 3º As condições degradantes de que trata a alínea “b” do inciso II do *caput* não se confundem com o trabalho em situação de periculosidade ou insalubridade.

Art. 4º A ação expropriatória de que trata o art. 1º observará o procedimento judicial previsto nesta Lei, e, subsidiariamente, o disposto no Código de Processo Civil.

Art. 5º A ação de expropriação será proposta pela União contra pessoa natural ou jurídica proprietária de imóvel rural ou urbano onde for localizada a exploração de trabalho escravo.

Parágrafo único. Se não for possível determinar o proprietário, a ação poderá ser proposta contra réu incerto, que será citado por edital, do qual constará a descrição da propriedade.

Art. 6º O processo o julgamento da ação de que trata esta lei são de competência do juízo federal cível de primeiro grau.

Art. 7º A petição deverá ser instruída com o auto de infração que testa a ocorrência de trabalho escravo.

Art. 8º Recebida a inicial, o juiz determinará a citação do réu, para apresentar defesa no prazo de quinze dias, a contar da data da juntada do mandado ou de outro instrumento de citação aos autos.

Parágrafo único. Na petição inicial e na contestação, as partes deverão indicar o rol de testemunhas que pretendem ouvir, devidamente qualificadas e em número não superior a cinco.

Art. 9º Recebida a contestação, o juiz saneará o processo, delimitará os pontos controvertidos sobre os quais deverá incidir a prova e especificará os meios admitidos de sua produção e, se necessário, designará audiência de instrução e julgamento.

Parágrafo único. Encerrado o debate ou oferecidos os memoriais o juiz proferirá a sentença desde logo ou no prazo de vinte dias.

Art. 10. O juiz poderá imitir a União, liminarmente, na posse do imóvel expropriado, mediante justificação prévia, ouvido o proprietário.

Art. 11. Da sentença caberá recurso na forma da lei processual.

Art. 12. Transitada em julgado a sentença expropriatória, o imóvel será incorporado ao patrimônio da União.

Parágrafo único. A propriedade rural ou urbana de que se trata esta lei e que, devido às suas especificidades, não for passível de destinação à reforma agrária ou a programa de habitação popular, poderá ser alienada, sendo os valores revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 13. O trânsito em julgado da sentença penal absolutória que reconheça estar provada a inexistência do fato ou este não constituindo infração penal implicará o arquivamento da ação expropriatória de que trata esta lei.

§ 1º Se a propriedade já estiver incorporada ao patrimônio da União, o proprietário será indenizado em dinheiro.

§ 2º A expropriação alcança a propriedade, ainda que transmitida por herança ou legado.

Art. 14. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência da exploração do trabalho escravo será confiscado e revertido ao Fundo de Apoio ao Trabalhador.

Art. 15. O artigo 11 da Lei nº 7.008, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.

.....

V – todo e qualquer bem de valor econômico confiscado em decorrência da exploração do trabalho escravo; e

VI – recursos provenientes da alienação da propriedade expropriada não passível de destinação À reforma agrária e a programas de habitação popular; e

VII – outros recursos que lhe sejam destinados.

Parágrafo único. Os recursos previstos nos incisos V e VI do *caput* serão destinados a:

I – oferecer condições dignas de retorno ao trabalhador que foi deslocado ou se deslocou de seu local de residência e depois foi submetido trabalho escravo; e

II – assegurar aos trabalhadores resgatados do trabalho escravo formação profissional e tecnológica e inserção no mercado de trabalho, considerada sua necessidade peculiar de readaptação.
 (NR)”

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO C – Texto Consolidado aprovado pela Comissão Mista**TEXTO CONSOLIDADO AO PLS Nº 432, DE 2013**

Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os imóveis rurais e urbanos, onde for identificada a exploração de trabalho escravo diretamente pelo proprietário poderão ser expropriados e destinados à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário que foi condenado, em sentença transitada em julgado, pela prática da exploração do trabalho escravo, e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, conforme o art. 243 da Constituição Federal.

§ 1º Para fins desta Lei, considera-se trabalho escravo:

I – a submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição, com uso de coação ou com restrição da liberdade pessoal;

II – o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

III – a manutenção de vigilância ostensiva no local de trabalho ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; e

IV – a restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com empregador ou preposto.

§ 2º O descumprimento da legislação trabalhista não enquadra no disposto no § 1º.

§ 3º Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência da exploração de trabalho escravo de que trata o § 1º será confiscado e reverterá ao Fundo Amparo ao Trabalhador.

§ 4º Os imóveis rurais e urbanos de que trata o *caput* que, devido suas especificidades, não forem passíveis de destinação À reforma agrária e a programas de habitação popular, poderão ser vendidos e os valores decorrentes da venda deverão ser revertidos ao Fundo Amparo ao Trabalhador.

§ 5º Nas hipóteses de exploração de trabalho em propriedades pertencentes à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, ou em propriedades pertencentes às empresas públicas ou à sociedade de economia mista, a responsabilidade penal será atribuída ao respectivo gestor.

§ 6º O proprietário não poderá alegar desconhecimento exploração de trabalho escravo por seus prepostos, dirigentes ou administradores.

§ 7º É vedada a inscrição, em cadastro público, de pessoas físicas e jurídicas que sejam parte em processo que envolva exploração de trabalho escravo anteriormente ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

Art. 2º O fato de a propriedade estar registrada em nome de pessoa jurídica não impede sua expropriação.

Art. 3º A ação expropriatória de imóveis rurais e urbanos nos quais se verificar exploração de trabalho escravo observará o disposto nesta Lei e, subsidiariamente, o disposto na Lei Processual Civil.

§ 1º O processo e o julgamento da ação de que trata esta Lei são de competência da Justiça Federal Comum.

§ 2º Os processos referentes à ação de que trata esta Lei não correrão em segredo de justiça.

Art. 4º. Os arts. 2º e 11 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescidos dos seguintes incisos:

Art. 2º.....

.....

III - oferecer condições dignas de retorno ao trabalhador que foi deslocado ou se deslocou de seu local de residência e depois foi submetido trabalho escravo; e

IV – assegurar aos trabalhadores resgatados do trabalho escravo a

formação profissional e tecnológica, bem como, sua inserção no mercado de trabalho, considerada sua necessidade peculiar de readaptação.

.....

Art. 11.....

.....

VI – todo e qualquer bem de valor econômico confiscado em decorrência da exploração do trabalho escravo' (NR)”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.